

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS COMUNICAÇÃO E ARTE
CURSO DE FILOSOFIA LICENCIATURA PLENA

REMO BATISTA SALES

ANÁLISE DO DISCURSO:

Noções semânticas antigas e medievais

Maceió

2020

REMO BATISTA SALES

ANÁLISE DO DISCURSO:

Noções semânticas antigas e medievais

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Filosofia – Licenciatura Plena – da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, sob orientação do Professor Mestre José Urbano de Lima Junior.

Maceió

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

S163a Sales, Remo Batista.
Análise do discurso : noções semânticas antigas e medievais / Remo Batista
Sales. – 2020.
46 f.

Orientador: José Urbano de Lima Júnior.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Filosofia) – Universidade
Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. –
Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 44-46.

1. Linguagem e línguas - Filosofia. 2. Semântica - Filosofia antiga. 3.
Semântica - Filosofia medieval. I. Título.

CDU: 17:81'37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

ATA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às dezessis horas e trinta minutos, na plataforma institucional Conferência web, endereço eletrônico <https://conferenciasweb.ufal.br/> (excepcionalmente realizada deste modo em razão da pandemia de COVID-19), compareceu perante a Banca Examinadora composta pelos Professores Ms. José Urbano de Lima Júnior, Dra. Flávia Roberta Benevenuto de Souza e Dra. Taysam Santos Luz Bueno o graduando **Remo Batista Sales**, matrícula nº 18210581, para oficializar o resultado final da avaliação de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: **"Análise do discurso - noções semióticas antigas e medievais"**.

Obtendo a média final de 10,0 (dez) tendo sido considerado aprovado por esta Banca Examinadora. E por estar conforme, eu, José Urbano de Lima Júnior, Presidente da Banca Examinadora lerei a presente Ata, que vai por mim assinada e pelos demais Membros da Banca Examinadora:

1. Prof. Ms. José Urbano de Lima Júnior – Orientador e Presidente
2. Dra. Flávia Roberta Benevenuto de Souza - Membro
3. Profa. Dra. Taysam Santos Luz Bueno - Membro

Prof. Ms. José Urbano de Lima Júnior
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dra. Taysam Santos Luz Bueno
Membro da Banca Examinadora

Profa. Dra. Flávia Roberta Benevenuto de Souza
Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Quando iniciei a minha graduação em filosofia há quatro anos sonhava com esse momento, mas acreditava que ele não chegaria. As dificuldades foram imensas e inumeráveis, mas com muita força de vontade e apoio de muitas pessoas consegui completar a caminhada, que por vezes pensei em desistir no meio do caminho. Finalmente, esse dia chegou e com ele também a oportunidade de eternizar algumas pessoas que contribuíram com essa minha jornada. Assim, como um gesto de agradecimento dedico esse espaço às pessoas mais do que especiais que me ajudaram a chegar onde estou.

A minha mãe, Geralda Barbosa de Oliveira e ao meu pai, Nelson Batista Sales (*in memoriam*), sou-lhes eternamente grato, pois sem vocês a minha existência não seria possível. Obrigado por tudo!

Serei eternamente grato a todos os meus irmãos, irmãs, sobrinhos, sobrinhas, cunhados e cunhadas, que souberam suportar as minhas tentativas de filosofar quando nos juntávamos em nossas reuniões familiares. Porém, quero fazer um agradecimento especial a três pessoas que graduaram-se junto comigo: Luciana, Jéssica e Rômulo – esposa, filha e irmão gêmeo, respectivamente. É particularmente difícil encontrar palavras para agradecer o que vocês significam para mim na realização deste meu sonho. Foram noites e fins de semana a fio, dedicando-me aos meus estudos e sempre que precisei de um apoio, de atenção e sugestões para meus textos vocês sempre estiveram presentes.

Aos meus queridos sobrinhos Ricardo Mateus Sales Cabral e a José Temístocles Ferreira Júnior. Sempre lembrarei dos nossos debates eloquentes acerca da linguagem. Foram por demais valiosos. Obrigado!

Ao meu atual chefe Edimilson Rodrigues Lima Neto, agradeço-lhe por ter sido flexível e compreensível em todos os momentos em que precisei me ausentar do trabalho para cumprir com a carga horária de algumas disciplinas. Muito obrigado!

Ao meu colega de trabalho, meu braço direito, Lucas Nascimento Paffer, agradeço por ter dedicado diversas horas de seu almoço para ouvir e debater comigo meus trabalhos de filosofia.

Um agradecimento muito especial ao meu orientador, Prof. Ms. José Urbano de Lima Júnior, que de modo incondicional aceitou meu convite para me orientar com essa minha monografia. Suas intervenções foram por demais importantes. MUITÍSSIMO obrigado.

Sou igualmente grato a minha professora de Filosofia Medieval e Lógica, Profa. Dra. Roberta Magalhães Miquelanti, que me deu orientações iniciais e me forneceu uma vasta bibliografia de leitura para a produção desse meu trabalho de conclusão de curso.

Agradeço também a todo o corpo docente do Curso de Filosofia da UFAL e a todos os meus colegas do curso que contribuíram sobremaneira na minha graduação.

RESUMO

A manifestação do pensamento por meio da linguagem escrita e/ou falada historicamente tem sido o meio pelo qual homens e mulheres expressam-se com o seu semelhante acerca das suas leituras do mundo, manifestam as suas descobertas, suas necessidades e sentimentos. O presente trabalho tem como objetivo apresentar a importância do estudo da linguagem para a filosofia, bem como fazer uma análise das partes constituintes do discurso tomado como *logos*, através de um prisma semântico antigo e medieval. São apresentadas as duas principais teorias, platônica e aristotélica, que buscam explicar alguns fenômenos da linguagem e como as palavras usadas para nomear as coisas ganham significado. Apresentam-se ainda como as concepções, mormente as aristotélicas, ecoam e desenvolvem-se no pensamento dos filósofos medievais, notadamente no do lógico inglês Guilherme de Ockham, que tem uma nova abordagem com a sua teoria da suposição.

Palavras chaves: filosofia da linguagem, semântica antiga, semântica medieval.

ABSTRACT

Manifestating of thoughts through the use of the written and/or spoken language have historically been the means by which men and women express themselves about the way they read the word, tell the others about their discoveries, their needs and feelings. This paper aims to present the importance of the study of language to philosophy, as well as to make an analysis of the constituent parts of the discourse considered as *logos*, through an ancient and medieval prism. The two main Platonic and Aristotelian theories are presented hereto in order to explain some language phenomena, and how the words used to name things gain meanings. It is also showed how the conceptions, mainly the Aristotelian ones, echo and develop in the thought of medieval philosophers, notably the English logician William of Ockham, who has a new approach with his theory of supposition.

Key words: philosophy of language, ancient semantics, medieval semantics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1	10
A LINGUAGEM E SUA RELEVÂNCIA PARA A FILOSOFIA E A VIDA EM SOCIEDADE.....	10
1.1 A natureza categorial e as partes do discurso – Noções platônicas.....	12
1.2 A linguagem a partir do prisma lógico aristotélico	14
1.3 O nome (<i>onoma</i>) – E os fenômenos de homonímia, sinonímia e paronímia.....	15
1.4 O verbo (<i>rhema</i>) – Uma guinada na lógica aristotélica.....	18
1.5 A coisa (<i>pragma</i>) – Uma realidade ontológica.....	21
1.6 A necessidade de um núcleo idêntico na linguagem	23
CAPÍTULO 2	27
SEMÂNTICA MEDIEVAL	27
2.1 Boécio e o triângulo semântico: <i>res – intellectus – vox</i>	29
2.2 Linguagem interior natural	33
2.3 Discurso mental e suas relações lógicas	35
2.4 Imposição, Significação e Suposição	37
CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Muitas questões debatidas por antigos e medievais no âmbito da linguagem tais como se explicam as diversidades linguísticas, a adequação dos nomes pelos quais identificamos as coisas, o que entendemos quando nos referimos às coisas tidas como entidades ontológicas, ou se é possível encontrar um núcleo comum na linguagem que permita uma comunicação sem ruídos entre interlocutores, são, no mais das vezes, segundo Nef (1995, p. 10) reestruturações de problemas antigos, sobretudo medievais.

Decerto há outros caminhos, outros períodos em que o estudo da linguagem e da semântica pode ser tomado, posto que para Nef (1995, p. 9), à semelhança do tradicional recorte que há no estudo da história da filosofia, que tem como linha divisória a eclosão da razão a partir do século XVII com o cartesianismo, o kantismo e o hegelianismo, por exemplo, na filosofia da linguagem esse recorte é traçado no século XIV com o surgimento do “nominalismo radical”¹ (NEF, 1995, p. 8). Porém, somente mais tarde, no fim do século XIX, surgem a linguística e a lógica formal tendo como pensador proeminente Frege.

Nef (1995, p. 9-10) elenca a periodização do estudo da semântica em três etapas. A primeira diz respeito à Semântica Antiga (e medieval), que compreende um período de dois mil anos, que vai desde os pré-socráticos a Guilherme de Ockham. Momento este em que há harmonias e conflitos das visões platônica e aristotélica acerca de problemas realísticos da significação, baseados em uma lógica da predicação. A Semântica Moderna vem em seguida e tem como característica o surgimento de várias noções do que vem a ser o signo. Essa época dura aproximadamente quatrocentos anos e perfaz um período que vai de Ockham a Frege, abrangendo o Renascimento, a Idade Clássica, as Luzes até o século XIX. A terceira e última etapa diz respeito à Semântica Nova, na qual temos Frege como ponto de partida até os dias atuais e é caracterizada pelo estudo do desprendimento da lógica da predicação e as hipóteses do signo se descolam da sua base linguística.

Percebe-se que Nef (1995) integra a Semântica Antiga com a Medieval, devido ao fato de que são momentos relativamente análogos, visto que neles os mesmos textos aristotélicos e

¹ [...] Há pelo menos, dois nominalismos, um do século XII, atribuído corretamente a Abelardo, outro do século XIV, atribuído a Occam – enquanto que se trata, para o último, de uma verdadeira corrente, apresentando posições internas muito diferentes. [...] Não há, em matéria de nominalismo, duas posições claramente definidas, mas pelo menos, três posições rivais: o nominalismo, o conceitualismo e o realismo. [...] A tese central de Abelardo difere da de Occam: este afirma radicalmente a primazia ontológica do particular, enquanto que Abelardo nega completamente que o universal seja uma coisa. O argumento de Abelardo é simples: uma coisa não pode ser predicado; o universal é predicado; logo, o universal não pode ser uma coisa. (NEF, 1995, p. 62-63).

platônicos e as mesmas disciplinas (dialética, retórica e lógica) são comentadas por várias personalidades de relevância² para a filosofia. Todavia, a única diferença entre a Antiguidade e a Idade Média, na perspectiva do estudo semântico, reside no fato de que na Idade Média é mais latente e vívido o pensamento voltado para as questões da Revelação (NEF, 1995, p. 11).

A reflexão que nos propomos no presente trabalho diz respeito a analisar algumas questões de cunho filosófico apresentadas nas obras aristotélicas *Categorias* e *Da Interpretação* e como tais questões podem ser complexificadas na medida em que as semânticas antiga e medieval desenvolvem-se e relacionam-se de modo que seja possível dar conta de diferentes usos da linguagem. Tais análises estão divididas em dois capítulos, no qual o primeiro é voltado mormente para as noções da Antiguidade e o segundo, as do Medievo (século XIV). Assim, no primeiro capítulo será abordada a relevância do estudo da linguagem para a filosofia e o motivo pelo qual os filósofos buscam o uso do rigor conceitual das palavras no discurso. Serão apresentadas análises de como o platonismo e o aristotelismo pensavam a linguagem e suas características, como a natureza e o convencionalismo dos signos linguísticos e suas conseqüências no entendimento das partes do discurso, como nome (*onoma*), verbo (*rhema*) e a coisa (*pragma*). Falaremos ainda sobre a homonímia, sinonímia e paronímia, importantes fenômenos consequentes do convencionalismo linguístico. Veremos também como a noção de verbo tal como postulada pelo pai da lógica ocidental proporciona uma guinada nos estudos da lógica.

Já no segundo capítulo, mostraremos como as noções da Antiguidade, mormente os textos aristotélicos, contribuíram para os trabalhos dos lógicos medievais. Nesse sentido parece já haver um consenso entre as noções categoriais das proposições, que passam a ser chamadas de termos. Abordaremos as especulações medievais acerca da possibilidade de existência de um tipo de linguagem mental, cuja estrutura seria a base dos termos das línguas convencionalmente significativas, como também será apresentada, nessa mesma perspectiva, a cadeia de como as coisas são concebidas pela mente humana e como pensamento e mundo se relacionam. Além desses dois capítulos, também é parte constitutiva desse trabalho a conclusão, que nos mostra como as questões levantadas por esses filósofos contribuíram de forma relevante para a evolução do pensamento ocidental.

² Boécio, Tomás de Aquino e Alberto Magno, para citar apenas alguns comentadores de Aristóteles.

CAPÍTULO 1

A LINGUAGEM E SUA RELEVÂNCIA PARA A FILOSOFIA E A VIDA EM SOCIEDADE

A linguagem sempre foi um dos temas filosóficos por excelência. É por meio da linguagem que o homem organiza-se em sociedade, comunica-se com seus semelhantes, desenvolve artes e produz ciência (APPIAH, 2006, p. 84), destarte a linguagem tem um papel importante para a filosofia.

Segundo Hacking (1999, p. 14-15), esse interesse pode ser justificado pelo fato de que são os filósofos que reiteradamente voltam as suas atenções aos modos e funções de raciocinar e discursar, que nos conduzem não à inteligibilidade e a uma linguagem tecnicista, mas antes a certas confusões no discurso, ocasionadas por fenômenos como ambiguidades, equivocidades, contradições e oximoros. Ainda de acordo com este filósofo, tais fenômenos como os oximoros, por exemplo, acontecem quando há uma ausência de precisão entre diversas acepções, o que pode ser percebido quando a mesma imprecisão é corporificada nas palavras. Francis Bacon, filósofo inglês do século XVI, expressa com clareza a preocupação que se deve ter com o trato das palavras.

[...] Consideremos as falsas aparências que nos são impostas pelas palavras, [...] e embora possamos pensar que governamos nossas palavras e as prescrevemos bem [...], mas o certo é que são as palavras como um arco tártaro, atira de volta contra a compreensão do mais sábio e poderosamente pervertem o julgamento do mais sábio. Então, como é quase necessário em todas as controvérsias e disputas para imitar a sabedoria dos matemáticos, ao estabelecer em início as definições de nossas palavras e termos, para que outros possam saber como os aceitamos, e se eles concordam conosco ou não. Por falta disso, pode acontecer de termos a certeza de terminar onde deveríamos ter começado, isto, em questões e diferenças sobre palavras (BACON, 2017, p. 156, tradução nossa)

Com o aforismo acima, Hacking (1999, p. 15) nos mostra que é essencial em um debate filosófico, mas não somente, a devida atenção para com o uso das palavras e seus conceitos, se objetivamos evitar confusões e eventualmente mal-entendidos e erros discursivos. Bacon, como nos relata o semiólogo italiano Umberto Eco (2002, p. 257), foi um renovador do método científico e tinha sua filosofia ancorada na derrocada “daquelas falsas ideias que decorrem da nossa própria natureza humana, [...], ou dos dogmas filosóficos transmitidos pela tradição, ou ainda [...] do modo como usamos a língua” (ECO, 2002, p. 257). A falta no rigor conceitual no uso da linguagem, ao que o filósofo inglês do século XVI se refere ocorre por exemplo, quando nos deparamos com termos polissêmicos, visto que eles

têm suas noções ligadas a vários conceitos, o que dificulta sobremaneira na inteligibilidade da palavra, porém se é desejado um maior rigor nas palavras a linguagem precisa passar por uma terapia linguística (ECO, 2002, p. 258).

Sobre a referida terapia linguística e rigor conceitual, segundo Eco (2002, p. 259), Bacon além de classificar a linguagem como convencional e natural, ele classifica a linguagem em uma terceira categoria que estaria ligada à convencionalidade dos signos linguísticos a que chama de “caráter real” (ECO, 2002, p. 259). A idiosincrasia de tal caráter real ocorreria quando um signo linguístico convencional é referenciado diretamente à noção do seu significante. Os ideogramas utilizados pelos orientais se enquadrariam como caráter real, posto que eles, os signos, se desprendem de um suporte linguístico verbal.

Uma consequência interessante desse caráter real é que apesar dos povos nipônicos não falarem o mesmo idioma que os chineses, a comunicação que ocorre por meio de ideogramas permite-lhes um entendimento mútuo. De modo análogo, pode-se também tomar os caracteres numéricos arábicos como reais, visto que apesar da convencionalidade sonora que diferentes povos de diferentes línguas lhes dão, não interferem no entendimento único e inequívoco de seus conceitos (ECO, 2002, p. 259-260).

É possível que essa tipificação seja um reflexo daquela que os medievais fizeram quando conjecturaram a teoria referencial (sinal referindo-se diretamente ao significante), que será analisada mais adiante, ao longo do presente trabalho. Cabe-nos de antemão, todavia, fazer uma breve digressão entre algumas diferenças entre filosofia da linguagem e filosofia da linguística, posto que o entendimento de algumas noções acerca dessas duas áreas da filosofia podem nos ser úteis como estágios na “reflexão conceitual sobre a linguagem como objeto formal e, mais precisamente, como etapas de uma teoria de significação”. (NEF, 1995, p. 7).

Nef (1995, p. 8) aponta que tanto a filosofia da linguagem quanto à da linguística têm suas atenções voltadas para a significação. Porém, enquanto a filosofia da linguística tem suas investigações voltadas mormente para as questões fonológicas, essencialmente gramaticais, a filosofia da linguagem, por seu turno, apresenta e performa um *modus operandi* crítico que lhe é peculiar. Ela examina quais circunstâncias possibilitam fazer ligações entre o pensamento, as condições de verdade e a significação.

Não obstante, se se questiona sobre as circunstâncias que permitem falar de uma ciência linguística, esta deve ser feita sob a luz de "uma história e de uma epistemologia das ciências da linguagem" (AUROUX *apud* NEF, 1995, p. 8). Ademais, segundo Nef (1995, p. 8), tudo que é pertinente à filosofia da linguística, pode interessar de modo mediato também à

da linguagem. O autor arrola algumas situações que podem ser indícios quando estamos diante de uma reflexão tipicamente filosófica no que tange à linguagem, a saber:

Superação do conceito empírico de língua por um conceito geral da linguagem, passagem da diversidade das línguas para a unidade da linguagem. O linguista descobre universais da linguagem ao fim de uma análise formal e de uma descrição comparativa; o filósofo propõe universais formais. // Existência de uma problemática da origem da linguagem, enquanto a linguística exclui explicitamente essa questão do seu campo. // Estabelecimento de uma relação entre linguagem e as operações do espírito, mais precisamente entre linguagem e pensamento, ao passo que essa relação é afastada da linguística [...]. // Problematização da representação da realidade pela linguagem (enquanto a linguística estrutural elimina a realidade do seu campo). // Avaliação da linguagem como instrumento de ações cognitivas (raciocínio, expressão das emoções etc.), podendo ir até uma crítica da linguagem natural (NEF, 1995, p. 8-9).

1.1 A natureza categorial e as partes do discurso – Noções platônicas

A noção de homem como aquele possuidor de um *logos* e a ideia de animal racional tal como era a concepção que os helênicos da antiguidade e os medievais tinham, não querem dizer exatamente a mesma coisa. Nas palavras de Aurox:

Logos vem do verbo *leigen*, ajuntar, colher, escolher, de onde contar, narrar e dizer. Em Heráclito, designa tanto a expressão do pensamento humano quanto o princípio que determina o devenir cósmico; em Parmênides, é a argumentação, por oposição à sensação; corresponde então ao ser e à verdade. O *logos*-razão é assim a mesma coisa, quer trate da fala ou do ser (AUROUX, 1998, p. 34).

Essa pluralidade de significados da palavra *logos* é o que justifica o seu uso para denotar um raciocínio matemático, um silogismo, como também “discurso ou linguagem”. (NEF, 1995, p. 14). Outro sentido da palavra *logos*, de acordo com Aurox (1998, p. 34), pode ser igualmente encontrado nos diálogos platônicos como no *Teeteto*, no *Sofista*, e no *Filebo*, que tratam de questões sobre a linguagem e que neles, *logos* e *dianoia* são figurados como pensamento. Mas é no *Crátilo* que Platão expõe sua tese sobre a linguagem como sendo aquela que visa à retidão na nomeação, a correta associação entre as palavras e as coisas:

Crátilo afirma, Sócrates, que todas as coisas possuem um nome correto, que lhe é inerente por força da natureza, e que o nome de uma coisa não é algo pelo qual é chamada devido a um acordo das pessoas, como uma partícula de sua própria linguagem nativa aplicada a ele, mas que há uma correção inerente aos nomes, que é a mesma para todos, gregos e bárbaros (*Crátilo*, 383a).

Para Dietzsche (2007, p. 50-51), apesar de *Crátilo* advogar em favor dos nomes serem partes da natureza dos objetos, eles devem ser postos natural e apropriadamente às coisas, e não ao nosso bel-prazer. Ademais, não é qualquer pessoa que tem a incumbência de nomear as coisas, pois nas palavras de Sócrates ainda no mesmo diálogo, “[...] não cabe a todo

homem, [...], fornecer nomes, mas somente àquele que pode ser chamado de *produtor de nomes*, sendo este, pelo que parece, o legislador³, o mais raro dos artesãos entre os seres humanos” (*Crátilo*, 389a).

Como um artesão que deve ter, em primeiro lugar, a forma do objeto em sua mente para então escolher as melhores ferramentas para a execução do seu ofício, tal legislador deve fitar tão somente no nome (ideal), podendo assim escolher o nome que considerar mais adequado dentre os disponíveis no plano ideal. No entanto, se fica a encargo do legislador o ofício de dar nomes às coisas, é atribuído àquele que fará uso da palavra ou do nome, no caso o “dialético” (DIETZSCHE, 2007, p. 51) a ocupação de analisar e avaliar a sua justeza.

Percebe-se que a noção de nome ideal exposta aqui é análoga à teoria das formas de Platão. Dito de outra maneira, é como se pudéssemos afirmar a existência de um “platonismo linguístico” (NEF, 1995, p. 14), partindo do pressuposto de que, do mesmo modo em que as realidades sensíveis são constituídas de cópias de objetos ideais, por esse platonismo linguístico, poderíamos pensar em nomes e verbos igualmente ideais (*Ibidem*, p. 14-15).

No *Crátilo* encontramos que a menor parte do discurso é o nome e sua função, conforme Nef (1995, p. 16), é de intitular, diferenciar as coisas. Já o significado de verbo é um pouco impreciso, pois segundo o autor, “esse termo designa tudo o que pode ser dito ao sujeito sobre alguma coisa (seu sentido se aproxima então do de ‘predicado’) e também, de maneira mais específica, o verbo como categoria gramatical, que designa ações (*praxeis*)” (*Ibidem*, p. 18).

Subjaz na referida teoria platônica algo típico e próprio da linguagem humana, denominado de “natureza categorial” (AUROUX, 1998, p. 36). O autor explica que as palavras carecem de uma categorização, pois é assim que somos ensinados nas instituições de ensino desde cedo, que as línguas são formadas por diversas partes, como nomes, verbos ou artigos.

Aristóteles, (c. 385 a.C), também abordará mais detalhadamente tais partes em seus tratados *Categorias* e *Da Interpretação*, que serão analisados mais adiante, mas retornando aos textos platônicos, Auroux (1998, p. 37), nos assinala que no diálogo *Sofista*⁴ a necessidade categorial é formulada da seguinte maneira: “[...] o discurso jamais é composto

³ Legislador aqui deve ser pensado como aquele que, por convenção, por regras, estabelece assim os nomes, e não somente pelo viés jurídico do termo.

⁴ O Sofista aborda a viabilidade do falso no discurso e assim distinguem-se dois graus, o de dar nomes (*onomazein*) e o do dizer (*legein*). Na terminologia moderna o primeiro grau se refere ao de uma sintaxe em que nomes e verbos são combinados, já o segundo grau ao de uma semântica, que analisa em que situações um determinado enunciado (*logos*) tem significado e é verdadeiro (NEF, 1995, p. 17).

exclusivamente de nomes falados de maneira sucessiva, e tampouco de verbos falados sem nomes” (*Sof.*, 262a).

Assim, se o discurso (*logos*) é constituído por um nome (*onoma*) e um verbo (*rhema*), que se combinados e proferidos ordenadamente, significam algo; de modo diverso, nada significam. Como bem nota Auroux (1998, p. 37), essa necessidade categorial é de suma relevância para a história científica da humanidade, pois a viabilidade de combinações entre as palavras depende do modo como elas são categorizadas.

No que diz respeito ao discurso (*logos*), Nef (1995, p. 19), sinaliza que ele pode ser de dois modos. O primeiro o filósofo chama de “discurso breve”⁵ (*euthus*), completo, acabado e direto” (*Ibidem*, p. 19), que conforme o fundador da Academia⁶, esse tipo de discurso é denominado de “[...] sentença [...], o discurso na sua forma simples e mais curta. [...] Quando alguém diz ‘a pessoa aprende’ [...] se trata da forma mais curta e simples de discurso” (*Sof.* 262c). Quanto ao segundo, antagonicamente ao discurso breve, há o discurso completo, que é aquele que nos faz ter o conhecimento do que é, do que deixou de ser ou o que virá a ser, pois ainda no *Sofista*, o ateniense indica que o indicativo de tempo é um atributo da proposição atômica⁷, e não somente do verbo, como acontece em outros autores. Nas palavras de Platão:

Do mesmo modo, se alguém dissesse *leão*, cervo, cavalo e todos os demais nomes dos que executam ações, essa sequência de palavras não constituiria um discurso, pois em nenhum desses casos as palavras proferidas indicarão ação, inação, ou o ser de alguma coisa que é ou não é, enquanto essa pessoa não combinar verbos com os nomes [...] (*Sof.* 262c).

1.2 A linguagem a partir do prisma lógico aristotélico

Diferentemente dos textos platônicos aqui arrolados que de forma clara podemos relacioná-los a teorias acerca da linguagem, em Aristóteles essa tarefa torna-se um pouco mais árdua, pois consoante Nef (1995, p. 20-21), apesar de não ser possível identificar um tratado aristotélico específico sobre a linguagem tal como o Estagirita tem acerca dos processos do raciocínio, como também sobre a ciência que estuda os animais, ou ainda acerca daquela que estuda os fenômenos atmosféricos, são em seus textos lógicos, como *Categorias* e *Da Interpretação*, ambos constituintes do *Órganon* – obra essencialmente lógica – que

⁵ A expressão “discurso breve” significa na verdade “proposição atômica”, isto é, sem disjunção ou conjunção, Cf. Nef (1995, p. 19)

⁶ Escola filosófica fundada por Platão.

⁷ Proposições simples ou atômicas são aquelas que apresentam apenas uma ideia, já as compostas ou moleculares são aquelas que apresentam mais de uma proposição e são ligadas por conectivos lógicos dos tipos “e”, “ou”, por exemplo. “Maceió é a capital do estado das Alagoas” é uma proposição atômica, enquanto “o número 7 é ímpar e 2 é par” é uma molecular.

Aristóteles desvendará, de maneira um tanto quanto esparsa, as noções que tem a propósito da linguagem.

Consoante Mata (2013, p. 76), partindo de um prisma lógico, logo no primeiro capítulo do *Da Interpretação*, Aristóteles determina os elementos essenciais de uma linguagem, que são partes constitutivas da proposição. Nas palavras do Estagirita: “Principiemos por definir o nome e o verbo e, em seguida explicar o que se entende por negação⁸, afirmação, sentença e proposição” (*Da Int. I*, 16a1).

Apesar das partes do discurso, como nomes e verbos já terem sido versadas no primeiro tratado do *Órganon*, as *Categorias*, como nos indica Aquino, são retomadas mais uma vez no *Da Interpretação*, refletindo o viés lógico-dedutivo que o Estagirita possui acerca da linguagem, pois para o Aquinate como “toda a ciência começa tratando de cada um dos princípios, e as partes dos compostos são os seus princípios, deve-se começar tratando da enunciação e de suas partes” (TOMÁS DE AQUINO, 2018, p. 42).

Ainda de acordo com o Comentador de Aristóteles, a importância de abordar mais uma vez os nomes e verbos, i.e. os “termos simples”, em detrimento de outros termos, dá-se pelo fato de que o Filósofo não somente pretende assim, preconizar os fundamentos da “enunciação simples” (*Ibidem*, p.43), mas também porque eles são os elementos *sine qua non* da proposição. Dessa forma, eles são discutidos sob a concepção de nomes e verbos, na medida em que “significam algo com o tempo ou sem o tempo e outras coisas do tipo que pertencem à noção dos termos, enquanto constituem a enunciação”. (*Ibidem*, p. 43).

1.3 O nome (*onoma*) – E os fenômenos de homonímia, sinonímia e paronímia

No *Da Interpretação* o nome (*onoma*) é tipificado como sendo “um som que possui significado estabelecido somente pela convenção, [...], sendo que nenhuma parte dele tem significado, se considerada separadamente do todo” (*Da Int. II*, 16a20). Essa afirmação implica que além das conjunções e preposições que não têm em si um significado, as vozes naturalmente nada significam, como as vozes dos animais irracionais, que de acordo com o Estagirita, “ruídos inarticulados significam alguma coisa – como aqueles produzidos por animais selvagens. Mas nenhum ruído deste tipo é nome”. (*Da Int. II*, 16a25).

⁸ Pode parecer que foi invertida a ordem da enunciação, pois pode-se parecer óbvio que a afirmação haveria de ser alocada ante à negação, e não ao contrário. No entanto, isso se deve ao fato – a negação vir antes da afirmação – de como o estagirita começa a elencar a partir das partes, e assim prossegue para o todo, a negação, que contém a divisão, deve ser alocada antes da afirmação, que compreende o todo. (TOMÁS DE AQUINO, 2018, p. 45).

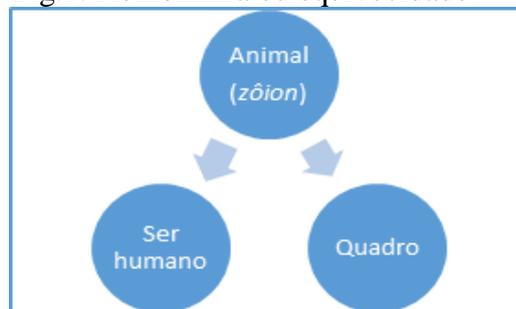
Destarte, como para Aristóteles os nomes são postos às coisas por meio do arbítrio, fenômenos como a homonímia, sinonímia e paronímia ocorrem tão somente nas palavras faladas e escritas. Tais fenômenos são tratados pelo Estagirita nas *Categorias* e são elucidados da seguinte forma:

Quando as coisas têm apenas um nome em comum e a definição de essência correspondente ao nome é diferente, são chamadas de *homônimas*. [...] As coisas são chamadas de *sinônimas* quando não só têm o mesmo nome, como este nome significa o mesmo em cada caso, apresenta a mesma definição correspondente. [...] Quando as coisas extraem seu próprio nome de outra, recebendo uma nova forma verbal, dizemos que são *parônimas* (*Categ. I, 1a1 – 15*).

Para Angioni (2006, p. 162-163.), tanto as homonímias (ou equívocos), que por vezes são nomeadas erroneamente de ambiguidades⁹, como as sinonímias não devem ser entendidas como uma associação entre nomes ou ainda entre os possíveis significados dos nomes, mas antes como uma relação entre coisas. Não parece coerente dizer, conforme o filósofo, que dois nomes são homônimos (ou equívocos), visto que são duas coisas diferentes que recebem um mesmo nome, que por seu turno, possuem significados também diferentes.

Esse caso é instanciado por Aristóteles (*Categ. I, 1a1*), pela palavra grega “*zoion*”¹⁰, que por ser polissêmica pode tanto ser atribuída a um ser humano como a um quadro. Assim, homem e quadro, como mostrado na figura 1, são homônimos, “pois têm somente o nome em comum, as definições de essência que correspondem ao nome sendo diferentes” (*Categ. I, 1a1 – 15*), posto que se formos questionados quanto à descrição de um ser humano (animal) e um retrato por certo daremos uma descrição distinta para cada um deles.

Fig.1. Homonímia ou equivocidade



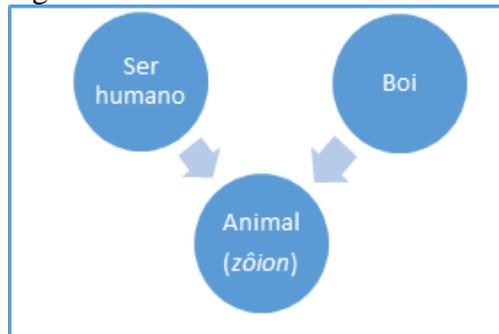
Fonte: Aristóteles (2016). Elaboração própria

⁹ Uma maneira de entender as ambiguidades diz respeito a análise de proposições inteiras, que podem apresentar dois modos distintos de leitura e sentidos também diferentes, como na frase “Um homem sentado pode andar”. (ASHWORTH, 2008, p. 116).

¹⁰ Conforme Aristóteles (*Categorias I, 1 a 1*) a palavra *zôion* apresenta duplo significado, quais sejam, *animal, ser vivo*, e *figura humana* ou de *animal* representada num quadro ou retrato.

Quanto às sinonímias, Angioni (2006, p. 163) nos diz que elas têm seus sentidos opostos aos das homonímias, dado que ao invés de serem duas coisas distintas que recebem o mesmo nome, porém com significados diferentes, com as sinonímias são nomes diferentes que são atribuídos a apenas uma coisa. Assim, como mostra a figura 2, “um ser humano e um boi são chamados de *animais*”. (*Categ. I*, 1a1– 15). Ainda conforme o autor, devemos deixar de lado a usual concepção gramatical que fazemos de sinônimo, e considerar a tradução canônica, qual seja, “unívoco” (ANGIONI, 2006, p.163).

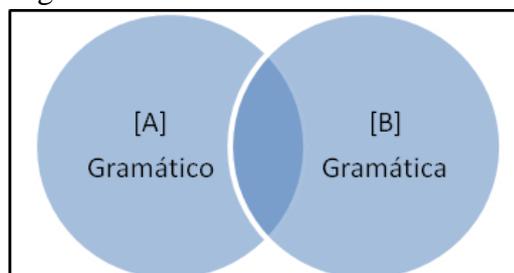
Fig.2. Sinonímia



Fonte: Aristóteles (2016). Elaboração própria.

No que respeita aos casos de paronímias, de modo antagônico aos dois tratados nos parágrafos anteriores, Angioni (2006, p. 163) afirma que para alguns autores esse fenômeno seria mais uma questão de vínculos entre signos linguísticos do que entre nomes e coisas. Nef (1995, p. 23) também dialoga com essa forma de pensar, pois a maneira como o fenômeno da paronímia é instanciado no tratado as *Categorias*, parece que ele diz respeito a questões etimológicas: “Assim, por exemplo, *gramático* deriva de *gramática*, *corajoso* de *coragem* e assim por diante” (*Categ. I*, 1a1– 15). Outra maneira de pensar os casos parônimos é por meio da interpretação de Boécio. Este, conforme Nef (1995, p. 53), influenciado pelo pensamento platônico, explica esse fenômeno como sendo de compartilhamento da substância, noção ou forma de um nome qualquer em outro nome qualquer. É como se algo da noção tanto do nome gramática, como também na coisa, estivesse sendo partilhado em gramático, como mostra a figura 3 abaixo.

Fig.3. Paronímia



Fonte: Aristóteles (2016). Elaboração própria.

Enquanto o verbo é pensado na sua flexão (temporal), como veremos mais adiante, o nome é pensado como casos¹¹. Assim é exemplificado pelo Filósofo no seguinte excerto: “‘De Fílon’, ‘Para Fílon’ e outras expressões [análogas] são casos dos nomes, e não nomes” (*Da Int.* II, 16b1). Em seu opúsculo *Introdução à Teoria da Predicação em Aristóteles*¹², Angioni (2006, p. 88), afirma que apesar do texto aristotélico ser condensado, o Estagirita queira dizer que tais expressões não compõem um discurso que pudessem ser validado como verdadeiro ou falso. Não obstante, se adicionado ao caso do nome o verbo ser, poderemos então ter um discurso verdadeiro ou falso. Não podemos, no entanto, adverte-nos Angioni (2016), considerar isso como um óbvio ululante, pois “Locuções como ‘Fílon é’ só podem ser avaliadas como verdadeiras ou falsas se o ‘é’ for tomado como asserção de existência. Caso contrário, a locução ‘Fílon é’ é tão incompleta como ‘é de Fílon’” (*Ibidem*, p. 88).

Também não são considerados como nomes e tampouco como discursos (*logos*), consoante Aristóteles (*Da Int.* II, 16a30), a forma negativa “não-homem¹³ e similares”, por exemplo. Portanto, na ausência de uma melhor tipificação, o Filósofo classifica essa formatação de “nomes indefinidos” (*Da Int.* II, 16a30). Contudo, Angioni (2006, p. 88) entende que tal locução possui padrão de aplicabilidade bem definido, dado que Aristóteles, (*Metaf.* XIV, 2, 1089a17) na *Metafísica* nos diz que, “não ser um homem significa não ser um certo isso”, o que nos conduz a inferir que a locução pode ser atribuída a uma miríade de coisas, porém sem classes determinadas.

1.4 O verbo (*rhema*) – Uma guinada na lógica aristotélica

Segundo Mata (2013, p. 83), o avanço das ciências que se dedicam aos estudos de uma língua tendo como base seus registros para o conhecimento do uso linguístico, tal como a filologia, indicou amiúde que as ideias de verbo e nome se misturam, como é o caso que o linguista francês Émile Benveniste (1902-1976) nos apresenta em seguida:

Sobre a diferença entre verbo e nome, frequentemente debatidas, as definições propostas se reduzem em geral a uma das duas que se seguem: o

¹¹ O latim trata nomes mediante a sua função sintática, i.e. depende muito mais da ordem em que as palavras ocupam na frase do que de suas flexões. No entanto, grande parte das desinências indicativas de caso que ocorrem no latim, com o decorrer do tempo desapareceram do português. Porém ainda são possíveis de serem encontrados nos pronomes pessoais, por exemplo. O que se entende hoje como pronomes do caso reto, átono e tônico (estes dois últimos oblíquos), podem ser entendidos como os casos nominativo, acusativo e dativo, respectivamente.

¹² A teoria da predicação é uma teoria a respeito das regras pelas quais a linguagem em seu domínio declarativo ou apofântico, pode satisfazer plenamente sua função, qual seja, reportar-se objetivamente ao mundo e oferecer-nos constatações fidedignas a respeito dos fatos e situações nele presentes (ANGIONI, 2006, p. 20).

¹³ Há simetria na medida em que Aristóteles chama de nome indefinido (*onoma aoriston*) uma expressão não-A, em que A é um nome e “verbo indefinido (*rhema aoriston*)”, uma expressão não-B em que B é um verbo, mas essa simetria recobre uma assimetria profunda, na medida em que o nome indefinido não é um *logos* (NEF, 1995, p. 23).

verbo indica um processo; o nome, um objeto; ou ainda: o verbo implica o tempo; o nome não implica. [...] Uma oposição entre “processo” e “objeto” não pode ter em linguística nem validade universal, nem critério constante, nem mesmo sentido claro. A razão está em que noções como processo ou objeto não reproduzem os caracteres objetivos da realidade, mas resultam de uma expressão linguística da realidade, e essa expressão só pode ser particular. Não são propriedades intrínsecas da natureza que a linguagem registra, são categorias formadas em certas línguas e que foram projetadas sobre a natureza” (BENVENISTE, 1976, p. 164).

Apesar das diferenças entre nome e verbo apresentadas por Benveniste no excerto acima no qual percebemos que as noções de processos e objetos não são próprios da natureza, mas antes são características que falantes de uma língua em particular atribuem às coisas e aos acontecimentos da natureza, Mata (2013, p. 84) analisa que ao teorizar o verbo como aquilo que também é utilizado para nos expressamos quanto às noções do tempo – passado e futuro – o Estagirita está sendo refém da sua própria língua. É possível que Aristóteles, falante do grego clássico – uma língua indo-europeia – não pudesse pensar o verbo de modo diverso, explica o autor. E isso se deve ao fato de que é por meio do idioma que buscamos as noções e entendimentos também para as “linguagens formais” (MATA, 2013, P. 84). Em sua obra *A busca da língua perfeita na cultura europeia*, Eco (2002, p. 29) também comunga com Mata. Para o filósofo italiano, como os helênicos da Antiguidade consideravam apenas o grego como o vernáculo da razão, o Estagirita, quando elabora o tratado das *Categorias*, o faz ancorado no que a gramática da sua língua dispõe.

Não obstante, Mata (2013, p. 83) nos chama atenção para o que ele considera como sendo o ponto mais notável na lógica aristotélica, a saber, a introdução da noção da tríade do tempo através do verbo. Para o autor o tempo é assim introduzido, não como três grandes blocos – passado, presente e futuro –, mas como dois. Nas palavras de Aristóteles:

No que toca as coisas presentes ou passadas, as proposições, sejam afirmativas ou negativas, são necessariamente verdadeiras ou falsas. [...] Quando, entretanto, lidamos com as proposições cujos sujeitos são particulares enquanto seus predicados se referem ao futuro [...], percebemos que a situação se altera completamente (*Da Int.* IX, 18a30).

É possível notar na perícope acima que no primeiro bloco o Filósofo aloca o passado e o presente, e no segundo, o futuro. No primeiro bloco, onde se encontram o passado e o presente as proposições, sejam elas negativas ou afirmativas, devem imperiosamente ser valoradas como verdadeiras ou falsas. Dito de outro modo, uma dada proposição singular p terá o valor de verdade ou falsidade, e uma outra proposição $\neg p$ também, como por exemplo, “Sócrates esteve ontem no Dícastérion” // “Sócrates não esteve ontem no Dícastérion” (MATA, 2013, p. 121). Porém, o mesmo não ocorre no segundo bloco onde encontram-se as

proposições futuras. Isso se deve ao fato de que como são asserções que ainda não aconteceram ou ainda estão por acontecer, existe não a necessidade de serem valoradas como verdadeiras ou falsas, mas a possibilidade (*Ibidem*, p. 123).

Essas duas cisões feitas por Aristóteles, de acordo com Mata (2013, p. 121-122), apresentam duas características de extrema importância para a lógica. A primeira é de ordem ontológica-temporal, que *per se* é essencial para a lógica, posto que ela, a lógica, não pode ser elaborada fora dessa realidade que nos é fornecida pela noção de tempo. Já a segunda é mais de ordem lógica-ontológica e diz respeito ao caráter imperativo das proposições passadas e presentes serem verdadeiras ou falsas.

Além do que já foi exposto até aqui sobre a relevância da introdução do verbo na lógica aristotélica, Nef (1995, p. 23) aponta ainda que o Estagirita dá ao verbo o mesmo *status* de nome, visto que se os verbos são tidos também como nomes, eles podem ser classificados como casos, tal qual ocorre com os nomes. Essa noção é manifesta no *Da Interpretação*, da seguinte forma: “Os verbos, por si mesmos e isoladamente, são nomes e significam alguma coisa [...]” (*Da Int.* III, 16b20). Desse modo, enquanto o caso do nome é caracterizado pela correlação de causa como “dativo, acusativo etc.” (NEF, 1995, p. 23), o caso do verbo é concebido pela sua noção de tempo, i.e. passado e futuro. Percebe-se que o fundador do Liceu¹⁴ classifica apenas o passado e o futuro como casos do verbo, ao passo que o presente já está subentendido na sua concepção de verbo:

“Ele estava saudável” ou “ele estará saudável” não deveria, de igual modo, ser considerado verbo. Eu o chamaria de *tempo verbal*. Neste sentido, *verbos* e *tempos* verbais diferem: o verbo indica o presente, enquanto os tempos verbais indicam todos os tempos, exceto o presente (*Da Int.* III, 16b17).

Além dessa tipificação inovadora que o Filósofo dá ao verbo transformando-o em nome, a noção de tempo como componente essencial para a determinação do mundo é também incorporado nele. O verbo é então definido de uma maneira mais acurada pelo Filósofo: “O verbo é o que não apenas transmite um significado particular, como também possui uma referência temporal. Ele indica sempre que alguma coisa é dita ou predicada de outra coisa” (*Da Int.* III, 16b10).

Assim, de acordo com Mata (2013, p. 85), na expressão “Alcebiades corre”, o verbo correr não pode ser entendido separado da expressão na qual ele está contido, visto que ela demanda um sujeito, e este por seu turno é algo ou alguém que executa tal ação indicada pelo verbo no momento da fala (o agora, o tempo). Sobre tal necessidade do verbo de sempre se referir ao sujeito, Mata (2013, p. 85) nos diz que essa é a idiossincrasia fundamental do que

¹⁴ Escola filosófica fundada por Aristóteles.

não apenas em grego se compreende por verbo, como também em toda a família de línguas indo-europeias¹⁵ e cita Benveniste para justificar seu argumento:

O que caracteriza propriamente o verbo indo-europeu é o fato de só fazer referência ao sujeito, não ao objeto. Ao contrário do verbo das línguas caucasianas ou ameríndias, por exemplo, este não inclui nenhum índice que assinale o termo (ou objeto) do processo. É impossível assim, diante de uma forma verbal isolada, dizer se é transitiva ou intransitiva, positiva ou negativa no seu contexto, se comporta um regime nominal ou pronominal, singular ou plural, pessoal ou não etc. (BENVENISTE, 1976, p.184).

Ademais, de acordo com Mata, o tempo da forma como é concebido pelo Estagirita surge como um agente extrínseco ao nome, coparticipante do jogo do universo da lógica, performando, então, uma sentença lógica no *Da Interpretação*. Não obstante, para tanto, o verbo ganha um status mais significativo do que um mero nome. É dado a ele uma característica *sui generis*, “ele remete ao seu exterior, à determinação do tempo” (MATA, 2013, p.85).

Destarte, para Mata (2013, 87), o discurso declaratório que está relacionado ao “ser verdadeiro ou ao ser falso” não é possível existir sem a presença de um verbo ou um caso dele, dado que nas palavras do Filósofo: “Todas as proposições requerem a presença de um verbo ou da flexão verbal, pois mesmo a definição de homem não constitui ainda uma proposição, a não ser que *é, era, será*, ou algo deste tipo seja acrescentado” (*Da Int.* V, 17a10).

1.5 A coisa (*pragma*) – Uma realidade ontológica

No que respeita ao estudo da coisa (*pragma*), Nef (1995, p. 28) nos mostra alguns caminhos para o seu entendimento. A coisa em uma primeira instância é definida como a relação de referência real extrínseca à mente. Quando nos referirmos à coisa por um nome (*onoma*), a coisa deve ser entendida simplesmente na sua forma canônica ontológica como algo possuidor de “substância e atributos” (NEF, 1995, p. 28). Desse modo, o *pragma* (coisa) não é precisamente o objeto, mas sim o que é conhecido pela proposição. Em uma segunda instância, talvez a mais relevante, é quando a coisa é expressa no discurso. Nesse momento, ela passa a ser chamada de “estado de coisas” (*Ibidem*, p. 28), como por exemplo “o fato de *Sócrates estar sentado*, ou o fato de *homem ser animal bípede racional*” (ANGIONI, 2006, p. 84).

¹⁵ Línguas indo-europeias são um conjunto de línguas e dialetos no qual está contido as principais línguas da Europa, Irã e do norte da Índia. Já as línguas caucasianas são aquelas faladas por povos no sudeste da Europa oriental, entre o Mar Negro e o Mar Cáspio.

Tal entendimento de *pragma* (coisa) no discurso como estado de coisas é importante porque é a partir daí que é possível compreender – como será visto no próximo tópico onde é abordada a cadeia de como concebemos as coisa pelo intelecto – que as coisas que assimilamos, das quais as paixões ou afecções da alma são espelho, e das quais as vozes significativas e a escrita são símbolos, conforme Angioni (2005, p. 85), não são meros objetos singulares, cujas “formas simples ou quididades” pudessem ser assimiladas sem uma relação entre pensamentos diversos desprovidos de predicção. Longe disso, as coisas que assimilamos são exatamente “fatos complexos” (*Ibidem*, p. 85) e os processos mentais pelos quais percebemos tais coisas são, a todo tempo, igualmente complexos. Ademais, mesmo quando esses processos não abrangem composições declarativas, envolvem sem dúvida relações predicativas.

Em seus comentários sobre *o Da Intepretação*, Mata (2013, p. 87) entende que há dois tipos de processos mentais ou pensamentos que formam o discurso do tipo declarativo (*logos apophantikos*), a saber: o “pensar simultâneo e o pensar separadamente”, tal como pode ser visto no Livro VI da *Metafísica*, como segue:

[...] aquilo que é no sentido de ser verdadeiro, ou *não é* no sentido de ser falso, depende de combinação e de dissociação [...]. Por “combinar ou dissociar no pensamento” entendo pensá-los não como uma sucessão, mas como uma unidade, pois *falsidade* e *verdade* não estão nas coisas, [...] mas no pensamento [...] (*Metaf.* VI, 4, 1027b20 – 25).

Com base no trecho acima da *Metafísica*, pensamento e linguagem estariam talvez imbricados por meio do processo de junção e disjunção dos estados de coisas (no pensamento) que por seu turno implicam no valor verdade ou falsidade das proposições. No entanto, Nef (1995, p. 24) aponta uma passagem nas *Categorias* na qual a condição de verdade e falsidade estaria condicionada ao estado das coisas expressas pelo “*logos apophantikos* ou *apophanisis*” (NEF, 1995, p. 24). *Apophansis* é o termo que Aristóteles utiliza para tipificar uma proposição, que implica no ato de descortinar, de exteriorizar, de trazer à luz o pensamento. O *logos apophantikos* é então o elemento exclusivo do discurso que pode ser valorado como verdadeiro ou falso. Nesse sentido:

A existência de um ser humano, por exemplo, requer a verdade da proposição na qual afirmamos sua existência. Vale também o inverso, pois se ele existe, consequentemente a proposição que afirma tal fato será verdadeira. Se a proposição, reciprocamente falando, for verdadeira, então o homem aludido necessariamente existirá. A proposição verdadeira, entretanto, não é, de modo algum, a causa da existência do tal homem assim existente; e, todavia, sua existência pareceria de uma maneira ou outra causa da verdade da verdadeira proposição, uma vez que esta última é classificada de *verdadeira* ou *falsa* na medida em que o ser humano existe ou não (*Categ.* XII, 14b15 – 20).

A mesma noção de reciprocidade do discurso com a verdade dos fatos surge também no Livro IX da *Metafísica* quando o Estagirita aborda os termos *ser* e o *não ser*, no sentido mais específico como indicadores de verdade e falsidade. Nessa perspectiva, segundo o Filósofo, no que diz respeito aos objetos, tal requisito de verdade ou falsidade é igualmente fundamentado na junção ou disjunção, visto que:

“[...] aquele que é separado é separado, e aquele que é combinado é combinado, sendo que quem pensa assim está certo, enquanto aquele cujo pensamento é contrário à condição real do objetos incorre em erro. [...] Não é porque estamos certos em pensar que és branco que és branco – é porque és branco que estamos certos em dizê-lo” (*Metaf.* IX, 1051b5).

Nef (1995, p. 26) diz que parece haver uma certa incongruência nos excertos das *Categorias* e da *Metafísica*, expostos acima, posto que enquanto neste, o Estagirita diz que a condição de verdade ou falsidade reside na junção e na disjunção, que por sua vez não estão nas coisas, e sim no pensamento, naquele a proposição verdadeira é causada pela condição real dos objetos.

1.6 A necessidade de um núcleo idêntico na linguagem

O pensamento é para Auroux um tipo de operação tipicamente humana de tal modo que fazemos dela uma qualidade que diferencia a nossa espécie dos demais animais. É a capacidade de pensar que nos permite, como exemplifica o autor, não somente a comunicação, mas também nos dá possibilidade de antever alguns fatos e com base em experiências já vivenciadas, deliberar a ação a ser tomada. O filósofo francês mostra dois componentes distintos que constituem o pensamento, a saber, “[...] uma representação ou conteúdo de pensamento, em seguida a própria atividade do pensamento enquanto justamente ela é atividade (eu me represento alguma coisa)” (AUROUX, 1998, p. 221).

Auroux acredita que haja alguma ligação entre pensamento e linguagem, não apenas porque a palavra grega *logos* possa significar tanto pensamento e linguagem, ou ainda ambos os termos, mas porque historicamente a noção que existe acerca da linguagem é a de que por meio dela podemos expressar nossos pensamentos. Para um entendimento mais adequado sobre o elo entre pensamento e linguagem em Aristóteles, vejamos o que o início do *Da Interpretação* nos diz a respeito:

Os sons emitidos pela fala são símbolos das *paixões* da alma, [ao passo que] os caracteres escritos [formando palavras] são símbolos dos sons emitidos pela fala. Como a escrita, também a fala não é a mesma em toda parte [para todas as raças humanas]. Entretanto, as paixões da alma, elas mesmas, das quais esses sons falados e caracteres escritos são originalmente signos, são

as mesmas em toda parte [para toda a humanidade], como o são também os objetos dos quais essas paixões são representações ou imagens. [...] Como por vezes assomam pensamentos em nossas almas dissociados da verdade ou da falsidade, enquanto assomam por vezes outros que necessariamente encerram uma ou outra, coisa idêntica ocorre em nossa linguagem, uma vez que a combinação e a divisão são essenciais pra que se tenham a verdade e a falsidade (*Da Int.* I, 16a5 – 10).

No excerto acima, o Filósofo parece nos apresentar uma cadeia causal de como as coisas do mundo são concebidas pelo nosso intelecto. Segundo Tomás de Aquino (2018, p. 50) como a lógica é sistematizada para a aquisição do entendimento acerca das coisas, e como as vozes significativas são, de modo imediato, símbolos dos próprios pensamentos, tais vozes são de fundamental importância para o Filósofo no entendimento das funções da linguagem.

Não obstante, as paixões ou afecções da alma, diferentemente da escrita e da voz (significativa), que são iguais para todos os homens, não devem ser tomadas de modo tão elástico, posto que para Angioni (2006, p. 83-84), tais afecções não se dão na alma de forma inexplicável, como que por milagre ou pela simples impressão da forma da coisa, sem prescindir de uma formulação linguística, tampouco como se todos os homens, indistintamente tivessem as mesmas impressões sobre as mesmas coisas.

Ainda conforme Angioni, Aristóteles pode estar querendo dizer que apesar das diferenças entre os símbolos vocais e os escritos é necessário que haja minimamente um certo algo em comum para que seja possível a comunicação entre as pessoas, posto que "a racionalidade antiga reconhecia no acordo entre os interlocutores o critério decisivo para formação do significado e para a verdade" (WOLFF *apud* ANGIONI, 2006, p. 84). A esse respeito Mora-Márquez dialoga de forma análoga com Angioni, porém a filósofa acrescenta que tal formatação de composição lógica das partes do discurso (nomes e verbos), que permite valorar uma asserção como verdadeira (ou sua rejeição como falsa), tem função relevante para a dialética, posto que tal função é a “[...] condição *sine qua non* para sua refutação por sua asserção contraditória [...]” (MORA-MÁRQUEZ, 2015, p. 19, tradução nossa). No que respeita às condições sobre os opostos contraditórios (e também sobre os opostos contrários) o Filósofo deslinda no capítulo VII do *Da Interpretação* como segue:

Chamo de opostos *contraditórios* a uma afirmação e uma negação quando aquilo que uma indica universalmente, a outra indica não universalmente. *Todo homem é branco* se opõe a *Algum homem não é branco*. *Nenhum homem é branco* se opõe a *Algum homem é branco*. No que tange aos opostos *contrários*, a afirmação e a negação igualmente apresentam um caráter universal, o sujeito sendo, em ambos os casos, tomado universalmente. Assim: *Todo homem é branco* ou *Todo homem é justo* é o contrário, e não o contraditório, de *Nenhum homem é branco* ou *Nenhum homem é justo* (*Da Int.* VII, 17a15 – 20).

A contradição no discurso, ou o par contraditório é tipificado pelo Estagirita como um conjunto de asserção e negação acerca do mesmo predicado e do mesmo sujeito no discurso, diz-nos Mora-Márquez (2015, p. 20), e tal tipificação demanda uma condição adicional atendendo ao princípio da bivalência, de modo que o nome e o predicado devam, obrigatoriamente, tanto afirmar e negar a mesma coisa na mesma proposição para aquele que a tem como verdadeira e para aquele que pretende rejeitá-la como falsa. Para a filósofa, a referida condição é de suma relevância na análise aristotélica do discurso porque permite o entendimento de uma característica bastante comum de desentendimentos da linguagem, qual seja, a ambiguidade.

Importante salientar que conforme Mata (2013, p. 109), apesar de o princípio da bivalência se assemelhar ao do terceiro excluído, eles não são exatamente a mesma coisa, pois enquanto o princípio do terceiro excluído preconiza que de “duas proposições, uma é verdadeira, a outra é falsa, e uma terceira hipótese está excluída”, o princípio da bivalência reza que só o discurso do tipo declaratório é que pode ser valorado como verdadeiro ou falso e esta característica está evidente nas palavras do Filósofo: “chamamos de proposições somente as que encerram verdades e falsidades em si mesmas” (*Da Int.* IV, 17a1).

Ambos os princípios acima mencionados são de extrema importância para compreendermos os processos da linguagem, porém, Baltazar Filho (2005, p. 175) aponta que o princípio da bivalência apresenta um calcanhar de Aquiles, qual seja, ele não alcança “os enunciados singulares futuros em matéria contingente”. Com isso, não fica claro como pode haver relações lógicas em proposições do tipo “Amanhã irei a São Paulo” (*Ibidem.* p. 175), posto que tal proposição não tem como ser valorada como verdadeira ou falsa.

O que pode ser inferido com essa restrição é a característica bivalente na lógica do Estagirita como também a admissão do princípio do terceiro excluído. Mas não somente. O que também está implícito é a noção canônica peripatética acerca da negação, que é definida como sendo “uma operação sobre proposições tal que a negação de uma proposição verdadeira é falsa e a negação de uma proposição falsa é verdadeira” (FILHO, 2005, p. 175).

À parte a dificuldade consequente restritiva do princípio de bivalência, conforme Mora-Márquez (2015, p. 20), para que um nome e um predicado possam constituir uma proposição que atenda ao referido princípio, eles não só têm que se referir a pensamentos simples, mas também usados tanto por aquele que asseve como por aquele que ouve a asserção, pois “uma proposição é singular ou una quando afirma ou nega uma coisa de alguma coisa, seja o sujeito universal ou não e seja a proposição universal ou não” (*Da Int.*

VIII, 18a15). Uma proposição que não atende a tal requisito são as do tipo plurais, e isso ocorre nos casos de equivocidade:

Se, por exemplo, atribuirmos o nome *roupa* igualmente a um cavalo e a um homem, resulta que [a proposição afirmativa] “A roupa é branca” não será uma afirmação una, mas dupla, bem como [a proposição negativa], [...], pois a proposição “A roupa é branca” significa realmente “O cavalo e o homem são ambos brancos” [...] (*Da Int.* VIII, 18a20).

Mata (2013, p. 78) entende que deve, então, haver um "núcleo idêntico em comum", para que tanto as igualdades como as diferenças em uma comunicação possam ser compreendidas entre interlocutores. Mora-Márquez (2015, p. 21) nos diz que esse núcleo idêntico se dá quando ambos, tanto o nome quanto o predicado, significam apenas um e o mesmo pensamento não plural de tal modo que aqueles envolvidos na comunicação possam atribuir o valor-verdade da proposição atendendo o princípio de bivalência, e assim, obtendo-se “o ponto de largada para a discussão dialética”. (MORA-MÁRQUEZ, 2015, p.21, tradução nossa). Para a filósofa, o foco que é dado por Aristóteles no tratado *Da Interpretação* e em outros voltados para as questões dialéticas como *Tópicos* e *Refutações Sofísticas*, por exemplo, não está tanto voltado em deslindar acerca da representação fiel do mundo pela linguagem, mas sobre as funções da linguagem de tal modo que seja possível a transmissão de informação por meio do discurso.

CAPÍTULO 2

SEMÂNTICA MEDIEVAL

Usualmente, a história da filosofia medieval é escrita pelos historiadores como um caso, um período amalgamado de rudeza, ou, antagonicamente, um período de costumes conservadores e de uma forte união entre o cristianismo e a razão (Nef, 1995, p. 51). Bloch, em sua obra *A sociedade feudal*, analisa o período da idade média em dois momentos. O primeiro, aproximadamente por volta do século IX, é marcado por um estilo de vida bucólico instável, no qual as pessoas tinham pouca ou quase nenhuma destreza em lidar com o seu meio ambiente, da mesma forma não aparentavam ter muito esmero com marcação cronológica e a linguagem era confusa. O segundo momento é evidenciado por um “renascimento intelectual” (BLOCH, 2016, p. 17). Esse renascimento que ocorreu em torno do século XI, consoante Bloch, implicou não somente o resgate das práticas intelectuais, com a mudança nas relações sociais e avanço da ciência como forma de conhecimento e das artes, mas criou também um ambiente propício para os avanços iniciais das produções literárias secular em vulgata¹⁶. Com tais mudanças, o homem desse período “tornou-se ‘mais instruído’ e ‘mais consciente’” (BLOCH, 2016, p. 17).

De Libera (2004, p. 20) também comunga da mesma opinião, porém acrescenta que enquanto o ocidente latino mergulhou em uma decaída cultural quando houve a tomada de Roma pelos Turcos Otomanos em 453 até 1453, no oriente, em particular em Bizâncio, as produções não somente filosóficas, mas também teológicas não cessaram. É a partir de Bizâncio que essas produções sofrem o que o autor chama de “*Translatio Studioroum*” (DE LIBERA, 2004, p. 15), que é caracterizado pelo movimento que vários textos filosóficos fizeram tendo como ponto de partida Bizâncio, passando pelo mundo Persa pré-muçulmano e depois retornando ao Império Bizantino. Não obstante, De Libera informa que houve vários outros movimentos similares a essa “translação dos centros de estudos” (*Ibidem*, p. 17), porém o mundo latífono só deixa de ser infecundo quando muitos desses textos produzidos saem de Bagdá e chegam à Toledo depois de passarem por Córdoba¹⁷.

¹⁶ Forma latina abreviada de *vulgata editio* ou *vulgata versio* ou ainda *vulgata lectio*, que respectivamente querem dizer “edição, tradução ou leitura de divulgação popular”. No sentido atual, *Vulgata* é a tradução para o latim da Bíblia, escrita entre o fim do século IV e início do V, por São Jerônimo, a mando do Papa Dâmaso I, que foi e ainda é largamente usada Igreja Cristã.

¹⁷ Foi uma translação interna às terras do Islã, ligada à conquista muçulmana, que tornou possível o retorno da ciência ao mundo latino. (*Ibidem*, p. 17).

No que diz respeito à filosofia nesse período de quase dez séculos, Nef (1995, p. 51-52), aponta que a Idade Média delineou-a em consonância com certas noções da Antiguidade, em especial no campo do estudo da linguagem em que a categorização das sete artes liberais - *O Trivium* e *O Quadrivium* - feita pelo romano Cícero se estende do século II até o século XVII. Além disso, algumas questões da antiguidade, como glosas acerca do *Órganon*, o convencionalismo do signo linguístico, a manifestação linguística do pensamento e a determinação da verdade também se prolongam por quase toda a Idade Média.

Vale salientar que a busca do entendimento do funcionamento da linguagem para muitos filósofos e teólogos do medievo é de incomensurável importância, pois vários temas debatidos por aqueles afeitos à gramática e à lógica são de suma relevância *per se*, como também são de elevada importância para a ciência e a teologia. Mas não somente. Se aprofundarmos um pouco mais nosso olhar para o mundo intelectual medieval, constatamos que grande parte de sua produção literária, tanto escrita como o próprio pensamento, são permeados de um léxico técnico e de estratégias inferenciais baseados nos estudos em artes liberais (ASHWORTH, 2008, p. 97).

Esses estudos, por seu turno, tinham duas características básicas. A primeira diz respeito aos textos de autoridades que serviam como lastro para a educação medieval, como a Bíblia, as obras peripatéticas e agostinianas. Tais estudos tinham ainda a intenção de conciliar essas autoridades, o que levou a várias discussões ao longo desse período. A segunda refere-se mais ao modo de como esses estudos eram conduzidos, a saber: eles eram em sua grande maioria orais, o que estimulava a manifestação escrita de diversas maneiras, desde os escritos filosóficos de Agostinho e Anselmo (em forma de diálogo) até ao elevado nível de exibição "disputacional da *Summa theologicae* de Tomás de Aquino" (ASHWORTH, 2008, p. 97).

Não obstante, em meio a toda essa pluralidade por vezes tratada com certo desdém, consoante Nef (1995, p. 51), alguns pensadores têm maior proeminência em seus trabalhos sobre a linguagem e se destacam no medievo em virtude de sua originalidade, como Anselmo, Abelardo e o inglês Guilherme de Ockham. Este último tem uma nova abordagem acerca da linguagem, dado que para o inglês, as noções de proposição, linguagem mental e o conceito de suposição (*suppositio*) são chaves fundamentais na elucidação do funcionamento da linguagem. Sobre as noções occamiana acerca da linguagem falaremos mais adiante. Antes, é salutar uma breve digressão de como um dos últimos romanos e possivelmente um dos primeiros medievais, Anício Mânlio Torquato Severino Boécio (c.a. 480-525), influenciou a lógica e a filosofia da linguagem durante quase todo esse período.

2.1 Boécio e o triângulo semântico: *res – intellectus – vox*

Foi durante o período medieval que os estudos sobre a linguagem sofreram as mudanças mais radicais. Nos primeiros anos da Idade Média, o material literário ainda era em quantidade numérica bastante reduzida e seu acesso ainda limitado, porém as obras aristotélicas já eram largamente discutidas, comentadas e traduzidas (ASHWORTH, 2008, p. 99). Dentre os vários comentadores peripatéticos do medievo, o romano Boécio tem entre eles um lugar de grande destaque. Romano e de origem aristocrata, Boécio foi o responsável por trazer a filosofia produzida pelos filósofos no oriente de volta para o ocidente, porém palatável aos latifonos. Apesar de ter glosado várias obras de Aristóteles, foram seus comentários acerca do *Órganon* que garantiu-lhe um lugar de destaque nos anais da filosofia. Lê-se em *A Filosofia Medieval*:

Seus comentários das *Categorias* e do *De Interpretatione* constituíram durante vários séculos a grade de leitura obrigatória da semântica e da sintaxe lógicas aristotélicas. Seus opúsculos lógicos pessoais [...] transmitiram aos ocidentais a teoria das inferências e dos silogismos que teria sido ignorada de outro modo, já que tanto os *Tópicos*, quanto os *Analíticos* e as *Refutações sofísticas* não parecem ter circulado em latim antes do século XII. [...] Durante seis séculos, portanto, Boécio foi o mestre do que os filósofos do século XII chamaram de “Velha Lógica” (*Lógica vetus*). Na verdade ele foi muito mais que isso: fundador da *tradição europeia originária da lógica* (S. Ebbesen) [...] (DE LIBERA, 2004, p. 250-251).

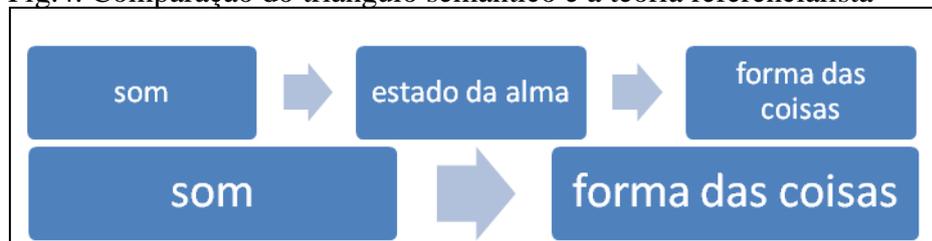
Em seus trabalhos sobre as especificidades do ente através da distinção do “*quod est e do esse*” (DE LIBERA, 2004, p. 257), o romano perfaz uma análise semântica dos termos dividindo novamente os componentes já introduzidos pelo Estagirita nas *Categorias*. Nessas glosas, Boécio parece olvidar dos conceitos de categorias essenciais, como substância, qualidade e quantidade, e então resgata a distinção apresentada entre tais categorias e aquelas nove relativas às acidentais já contidas na obra aristotélica, mantendo no seu foco, aqueles mesmos padrões do Estagirita, como “os nomes ‘animal’ (termo concreto substancial) e ‘branco’ (termo concreto acidental)” (*Ibidem*, p. 257). No que respeita ao *Da Interpretação*, para Boécio o cerne desse tratado reside mormente sobre as vozes (*vox*) proferidas significativamente, e com isso, conforme Mora-Márquez (2015, p. 22), o romano apresenta a sua noção de “triângulo semântico *res-intellectus-vox*”, que ecoa por todo o seu pensamento no que tange à linguagem, pois nas palavras de Boécio:

Quer seja no caso de uma pergunta e uma resposta, ou no caso de uma sequência de sentenças e alguém está entendendo e ouvindo, ou no caso em que [o mestre] ensina e [o aprendiz] aprende, toda a sistemática da fala (*ordo orandi*) é alcançada com esses três elementos: coisas, pensamentos e asserções. (BOÉCIO *apud* MORA-MÁRQUEZ, 2015, p.23, tradução nossa).

Seguindo a mesma linha de pensamento de Boécio, como visto acima, Auroux, em sua análise sobre a natureza do signo linguístico, também expõe uma teoria igualmente tripartida. Nesta análise, os termos utilizados por Auroux (1998, p. 97) que são “som, estado da alma, forma das coisas” apresentam uma similaridade sequencial com a *ordo orandi* boeciana apenas em seu termo mediano, o estado da alma. Nessa análise o filósofo salienta a importância do termo médio, visto a sua evidente relevância para os estudos de natureza metafísica e da natureza do ente e reforça que o modo como os três termos na tríade se relacionam entre si é fulcral para a determinação da “natureza de um signo linguístico” (AUROUX, 1998, p. 98).

Diferentemente da tríade boeciana, na qual pode-se perceber a coisa (*res*) posta em ordem primeira, na tríade apresentada por Auroux temos o som (*vox*) em primeiro lugar. É possível que essa prioridade dada ao som (*vox*) se deva ao fato de que, para Auroux, a relação dos termos da tríade seja similar à maneira como a materialização dos sons correspondem ou indicam outra coisa diferente da sua própria materialização. Com isso, levanta-se o questionamento sobre a função da própria tríade. Não se poderia então descartar o termo mediano, o estado da alma? Os terministas da Idade Média agiram dessa maneira: eliminaram o termo mediano e estabeleceram uma teoria referencialista prescindindo de uma teoria da significação, como mostra a figura 4.

Fig.4. Comparação do triângulo semântico e a teoria referencialista



Fonte: AUROUX (1998). Elaboração própria.

Vale fazermos algumas observações no que respeita as teorias referencialista e a da significação. Auroux (1998, p. 98) ressalta que ao passo em que a teoria referencialista relaciona-se à ontologia mais do que à significação, esta, por seu turno, torna-se impossível se se renuncia o termo mediano, o estado da alma. Não obstante, a coisa (*res*) e a forma das coisas, independente da ordem em que aparecem nas duas tríades aqui apresentadas, são de inestimável valor para a filosofia da linguagem tanto pelos antigos quanto pelos medievais, e

o motivo dessa importância se deve ao fato de que “a linguagem está ligada a um pensamento que representa naturalmente o mundo” (AUROUX, 1998, p. 101).

Ademais, para Boécio, segundo Mora-Márquez (2015, p. 24), aparentemente as coisas que existem no mundo são oriundas de uma ordem divina, e possuem uma natureza e ordenamento peculiar próprio. Quanto aos pensamentos, estes coexistem e são causados por tais coisas, que por seu turno têm naturezas distintas. Por fim, as asserções são sempre manifestações dos pensamentos, ordenadamente, de tal modo que nas palavras do romano Boécio: “a coisa precede o pensamento, o pensamento [antecede] as asserções, e estas últimas [antecedem] as letras – e isto não pode ser de modo inverso” (BOÉCIO *apud* MORA-MÁRQUEZ, 2015, p. 24, tradução nossa).

Se por um lado, para Auroux (1998, p. 100), parece haver uma prioridade lógica no triângulo semântico boeciano que põe a coisa (*res*) na ordem primeira como causadora dos pensamentos, posto que “[...] perceber é formar no espírito uma forma idêntica à das coisas”, por outro, a filósofa Mora-Márquez, em seu trabalho *The thirteen-century notion of signification*, aborda uma questão relevante sobre a prioridade da coisa (*res*) no triângulo semântico de Boécio. A coisa (*res*) como fonte originária do pensamento e asserções é uma condição suficiente, porém não necessária, dado que no segundo comentário do *Da Interpretação*, Boécio julga que há coisas no mundo sem que nós tenhamos conhecimento da sua existência. E não somente. O romano ainda admite a ocorrência de pensamentos desprovidos de coisas existentes como quimeras e centauros¹⁸, por exemplo, (MORA-MÁRQUEZ, 2015, p. 24). A filósofa elucida, então, que a referida prioridade sobre a coisa (*res*) tal como apresentada metaforicamente pela *ordo orandi* de Boécio diz respeito ao processo natural do entendimento que é estimulado pela coisa (*res*), cuja ocorrência no mundo prescinde e é anterior ao conhecimento do homem. Desse modo, as asserções significativas, por seu turno, são os nomes que arbitrariamente são postos às coisas como produtos de um tratamento mental ativado pela nossa volição de nos comunicar (MORA-MÁRQUEZ, 2015, p. 25).

Mora-Márquez (2015, p. 85) nos diz ainda que a leitura de Boécio a respeito das afecções da alma, tal como conceituada pelo Estagirita no capítulo I do *Da Interpretação*, por meio das quais as asserções são sinais, não se refere nem às sensações nem às imagens das coisas, e sim aos conceitos. A justificativa se deve porque no que tange às primeiras, as

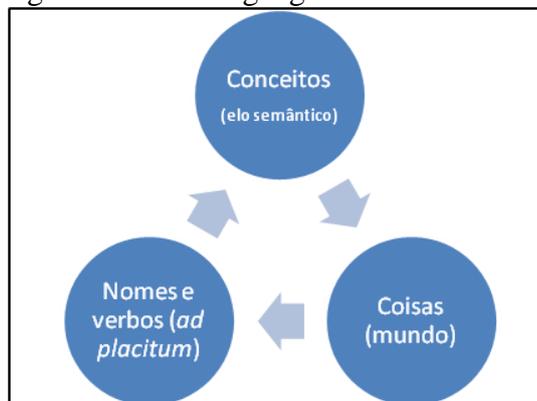
¹⁸ *Sunt enim intellectus sine re ulla subiecta, ut quos centauros uel chimeras poetae fixerrunt. Horum enim sunt intellectus subiecta nulla substantia est*. (BOÉCIO *apud* MORA-MÁRQUEZ, 2015, p. 24).

sensações, somente o corpo físico pode sentir; já quanto às segundas, as imagens, a sua impossibilidade se deve ao fato de o Estagirita no *Da Alma*, considerá-las como alguma coisa que falta acabamento no que respeita aos conceitos. Essa impossibilidade é reforçada pela incapacidade de se formar pensamentos completos por meio das imagens, pois nas palavras de Boécio: “[...] a imagem é algo incompleto, mas nomes e verbos significam algo completo e não menos do que isso” (BOÉCIO *apud* MORA-MÁRQUEZ, 2015, p. 28, tradução nossa). E ainda:

Uma asserção como “*garalus*” pode, por conta da sua aparência (*figura*) se assemelhar a um nome para o gramático, não obstante ainda não é um nome para o filósofo, pois ainda não foi imposto a ele a significação de um conceito” (BOÉCIO *apud* MORA-MÁRQUEZ, 2015, p. 29, tradução nossa).

Assim, nomes e verbos não podem ser produtos significativos tendo as imagens como fonte e a partir de Boécio, entende nossa autora, a idiosincrasia comum que nomes e verbos possuem pode ser encontrada na arbitrariedade significativa dos seus conceitos. O romano, segundo Mora-Márquez, tem o entendimento de que as partes do discurso como os nomes e verbos significam, de forma imediata e primeira, os conceitos; em um segundo momento, eles significam as coisas¹⁹, como mostra a figura 5 abaixo. Para Mora-Márquez, Boécio parece estar tentando, diferentemente do Estagirita, encontrar a natureza de um elo entre linguagem e mundo. Essa conexão é feita entre “palavras e conceitos como um elo semântico, que implica em um outro elo entre palavras e coisas” (MORA-MÁRQUEZ, 2015, p. 29, tradução nossa).

Fig.5. Elo entre linguagem e mundo.



Fonte: Mora-Márquez (2015). Elaboração própria.

No entanto, apesar da tentativa de elucidar em que medida as palavras (nomes e verbos) significam as coisas do mundo, mesmo de maneira secundária, por meio do que os

¹⁹ *Utterances signify thoughts and things, but thoughts principally, [and they signify] the things that intelligence itself understands by a secondary signification with the mediation of thoughts* (BOÉCIO *apud* MORA-MÁRQUEZ, 2015, p. 29).

conceitos das coisas significam, isso parece nos direcionar para uma outra questão, a saber, “se conceitos poderiam de alguma maneira distorcer o modo como compreendemos e falamos sobre as coisas” (MORA-MÁRQUEZ, 2015, p. 31, tradução nossa). Para Auroux, é o avanço nos estudos da semântica e ontologia que paulatinamente irão dar uma guinada nas noções sobre conceito e aos poucos mitigar as semelhanças que primeiramente sistematizam a semiologia medieval, e, sobretudo, vão harmonizar “o pensamento de uma linguagem mental no sentido pleno do termo, quer dizer, de um sistema de signos criados pelos homens”. (AUROUX, 1998, p. 101).

2.2 Linguagem interior natural

É recorrente o debate na filosofia da linguagem sobre o caráter da linguagem como sendo convencional ou natural. Como vimos até aqui tanto Aristóteles como Boécio advogavam a favor de um convencionalismo linguístico. Em contrapartida, a ideia que sustentava a linguagem natural tinha como lastro a passagem bíblica no livro de Gênesis 2,19s, que nos diz que o Senhor “formou da terra toda a espécie de animais campestres e de aves do céu e os conduziu ao homem, para ver como ele os chamaria, e para que tal fosse o nome de todo o animal vivo, qual o homem o chamasse” (ECO, 2002, p. 26). Este filósofo reforça que deve-se ter um cuidado na interpretação da referida perícopa, posto que ela alude a uma noção comum existente em várias religiões e narrativas míticas, qual seja, a ideia do “Nomoteta” (*Ibidem*, p. 26).

Com base nessa passagem o primeiro homem bíblico teria posto os nomes a toda aquela miríade de seres viventes por “*nominibus suis*” (ECO, 2002, p. 26), ou seja, pelos seus próprios nomes. Fica evidente que nem a versão da Bíblia em latim, idioma que é a pedra de fundação do conhecimento ocidental, é suficiente para desfazer tal anfíbolia. A dificuldade patente nessa passagem, tendo como fonte a análise da vulgata, é que não fica claro se Adão, tido como o Nomoteta, nomeou os seres com os nomes que lhes eram adequados face a algum fator extrínseco à linguagem, tal como sugere a tese cratiana, ou se os nomes foram postos conforme o arbítrio/acordo entre os homens – hipótese defendida por Hermógenes. (*Ibidem*, p. 30).

Percebe-se que a partir da exegese do excerto bíblico acima mencionado é possível fazer alguns questionamentos. Apontamos aqui dois. O primeiro, consoante Ashworth (2008, p. 109), diz respeito a se esse tipo de linguagem – a natural, similar à tese cratiana – autorizava seus falantes assimilarem a essência das coisas devido a um elo entre as enunciações e as coisas que recebiam os nomes. A segunda, é posta por Eco, que questiona

qual língua o Senhor teria utilizado para se comunicar com Adão. Teria Ele se manifestado por meio de eventos da natureza tal como é descrito em outras partes da Bíblia, ou como a maior parte da tradição cristã reza que teria sido por meio de algum tipo de “língua inspirada por uma iluminação interior?” (ECO, 2002, p. 26). Uma das consequências dessa dicotomia entre convencionalismo e naturalismo linguístico nos direciona para algumas considerações acerca do “discurso interior (*logos endiathetos*)” (ASHWORTH, 2008, p. 110).

Desde os idos do século II, o debate acerca desse tipo de discurso já era um lugar-comum nas escolas helênicas de filosofia e tudo indica que esse ideário não era de uma linguagem tácita, mas de um verdadeiro discurso, porém ainda desprovido de alguma ordenação ou composição. Essas discussões acerca da linguagem interior tomaram corpo durante quase toda a Idade Média. Eram discussões de grande relevo na medida em que buscava-se compreender, dentre outras coisas, de que maneira os homens poderiam ser diferenciados de animais, sobremaneira daqueles animais que tinham condições de proferir algumas palavras (ASHWORTH, 2008, p. 110).

Apesar de pouco conhecido durante o medievo, pois De Libera (2004, p. 21) relata que Platão²⁰ chegou para os medievais latífonos bem depois de Aristóteles, consoante Panaccio; Hocshschild; Ziebart (2017, p. 11-17), as fontes mais antigas em que o pensamento é categorizado como um tipo de discurso interior são os textos platônicos, como *Teeteto* e o *Sofista*, por exemplo. Estes autores apontam uma passagem no *Teeteto* em que o fundador da Academia sinaliza para a possibilidade de um discurso interior:

Sócrates: [...] E quanto ao pensar? Tu o defines como eu?

Teeteto: E como o defines?

Sócrates: Como o diálogo [*logos*] que a alma tem consigo mesma acerca de qualquer objeto por ela considerado. O que digo não deve induzir-te a crer que conheço o que estou dizendo a ti. Mas é essa a espécie de imagem que tenho dela. A mim se afigura que a alma, ao pensar, simplesmente emprende um diálogo no qual dirige a si mesma perguntas e as responde ela mesma, afirmando e negando. E quando ela alcança algo definido, não importa se por um processo gradual ou graças a um salto repentino, e quando finalmente afirma algo coerentemente, sem alimentar dúvida e sem encontrar desacordo, dizemos que está então em posse de sua opinião (*doxa*). Consequentemente, defino a formação da opinião como o diálogo e a opinião, como o diálogo já realizado não com o outro, nem tampouco em voz alta, mas silenciosamente consigo mesmo [itálicos meus] (*Teet.* 189e – 190a).

²⁰ Onde os latinos praticaram um concordismo às vezes provindo de suas fontes árabes e ligado à sua ignorância factual da obra de Platão, os bizantinos foram conflitualmente platônicos ou aristotélicos, a sua concepção do platonismo sendo, evidentemente, mais profundo, mais vasta e, para terminar, mais militante do que foi durante toda a Idade Média latina – sabe-se, além disso, que foi via Bizâncio que o platonismo chegou tardiamente ao Ocidente. (DE LIBERA, 2004, p. 21).

Panaccio; Hocshschild; Ziebart (2017, p. 1) chamam nossa atenção para dois pontos marcantes na passagem acima. O primeiro diz respeito ao diálogo em que a alma tem consigo mesma, que forma o pensar. Já o segundo advém desse processo discursivo que dá origem à opinião (*doxa*), por meio do qual a dúvida é eliminada. Em outro diálogo platônico, o *Sofista*, é possível encontrarmos argumentos mais objetivos em que o ateniense advoga em favor da existência de um discurso interior, um diálogo da alma. Na argumentação que antecede questões de verdade e falsidade do discurso, tanto o pensamento como o discurso são apresentados de modos equivalentes, com a distinção apenas de que o pensamento “[...] é um diálogo interior e silencioso da alma consigo mesma”. (*Sof.* 263e). Assim, com essa equivalência, as mesmas categorizações como a afirmação e a negação que há no discurso também ocorrem no *logos ediethos*. Porém, a ocorrência de uma delas no pensamento é tipificada como opinião (*doxa*). Adicionalmente, quando a opinião é causada e formada em alguém por intermédio das vias sensoriais tal fato é denominado de “aparicação”, pois nas palavras de Platão:

Estrangeiro: Então como o discurso, segundo apuramos, é verdadeiro e falso, constatamos que o pensamento é o diálogo da alma consigo mesma, a opinião é a conclusão do pensamento e o que queremos dizer quando dizemos “parece” é uma mistura de sensação e opinião (*Sof.* 264b).

O fundador da Academia é o precursor na análise discursiva existente no pensamento, tendo em vista que ele traça uma analogia entre o encadeamento sequencial de proposições mentais e o ato da fala como discurso proferido na sua forma afirmativa ou negativa (PANACCIO; HOCSHSCHILD; ZIEBART, 2017, p. 13). Destarte, Platão parece preparar o caminho para as noções de discurso interior que tanto os seus seguidores, como também os pósteros medievais irão tomar como base em suas discussões sobre a mesma temática.

2.3 Discurso mental e suas relações lógicas

Um desses seguidores é Aristóteles, que se comparado ao seu predecessor, de acordo com Panaccio; Hocshschild; Ziebart (2017, p. 16), não se aventura muito na seara de tratar o pensamento como linguagem, posto que essa é uma noção que o Filósofo pouco escrevera ou não advogara com tanto esmero e clareza como é possível ser encontrado nos textos platônicos mencionados anteriormente.

Porém, se apurarmos um pouco as nossas lentes para alguns textos aristotélicos, em especial as *Categorias*, é possível perceber que o Estagirita deu um passo à frente de Platão. Na verdade esse passo de suma relevância para a nossa história diz respeito à “introdução das

relações lógicas no discurso mental, e conseqüentemente o reconhecimento deste último como o discurso original dessas relações²¹ (PANACCIO; HOCSHSCHILD; ZIEBART, 2017, p. 16, tradução nossa).

Ao longo do capítulo VI das *Categorias*, que discorre acerca da quantidade, o Filósofo dá vários exemplos de tipos de quantidades caracterizadas como "discreta ou contínua" (*Categ.* VI, 4b20). Para uma quantidade ser tipificada como contínua é instanciado pelo Estagirita como aquelas que implicam a ideia de extensão e que podem ser acrescidas às noções de duração cronológica e espaço, ao passo que, quando inexistente o conceito de limites, se está diante de uma quantidade tipificada como discreta, como o "número e o discurso" (*Categ.* VI, 4b20). A justificativa para o discurso ser caracterizado uma quantidade discreta parece ser óbvia para o Filósofo, pois "medido em sílabas longas e breves, o discurso é uma quantidade evidente cujas partes não possuem limite comum" *Categ.* VI, 4b35). Contudo, a condição para que o discurso (*logos*) seja entendido como uma quantidade discreta é que "[...] por discurso se entenda a palavra falada" (*Categ.* VI, 4b35). Será lugar-comum entre os exegetas helênicos e latinos de Aristóteles, ao menos até o século XIV, o entendimento dessa condição como uma insinuação sobre a "existência de um discurso mental" (PANACCIO; HOCSHSCHILD; ZIEBART, 2017, p. 16, tradução nossa).

Em vários outros textos de Aristóteles a perspectiva permanece no prisma lógico, como se o Estagirita estivesse se esquivando em abordar o tema da linguagem ou discurso interior, no entanto, consoante Panaccio; Hocshschild; Ziebart (2017, p. 17), em uma outra passagem, agora no Livro X dos *Analíticos Posteriores*, fica até mais taxativo do que nos trechos das *Categorias* mencionados anteriormente, o antagonismo entre discurso exterior e interior. Nas palavras do Filósofo:

Aquilo que é necessariamente verdadeiro e necessita ser julgado como o sendo não é uma hipótese nem um postulado, pois a demonstração, como o silogismo, diz respeito não ao discurso externo, mas ao discurso interno da alma, sendo sempre possível objetar ao primeiro, mas nem sempre possível assim agir com o segundo (*Analít. Post.* X, 76b25).

No excerto acima, consoante Panaccio; Hocshschild; Ziebart, o Filósofo demonstra seu entendimento sobre a demonstração e o silogismo que, ao invés de serem dirigidos para o discurso exterior, são na verdade dirigidos para o discurso mental do interlocutor. Assim, o discurso da alma surge nessas linhas como o discurso interior na forma de um consentimento sincero. Não obstante, para que tal argumento tenha a devida importância é necessário algo mais. Esse algo mais, por seu turno, pode ser encontrado na necessidade de que haja a

²¹ [...] the introduction of the logical relations into mental discourse and the consequent recognition of the latter as the original locus of these relations (Panaccio; Hocshschild; Ziebart, 2017, p. 16).

compreensão da demonstração/silogismo na mente das pessoas que tomam parte no processo de interação, que ocorre por meio do discurso (externo).

Boécio, conforme explicam Panaccio; Hocshschild; Ziebart (2017, p. 17), percebe as sutilezas e as insinuações sobre o discurso mental nas *Categorias*, visto que na língua grega o significado da palavra *logos* pode ser igualmente entendido como as expressões “cogitação da alma [*animi cogitatio*], e deliberação interior [*intra se ratiocinatio*], e também discurso oral [*oratio*]” (*Ibidem*, p. 17, tradução nossa). Assim, ao final do século XIII e início do XIV, vários pensadores usam esse breve excerto das *Categorias* como uma oportunidade, seguindo a esteira de Boécio no segundo comentário ao *Da Interpretação*, para diferenciar três – e talvez até quatro – tipificações do discurso, e inevitavelmente incluindo a expressão “*oratio in mente*” (*Ibidem*, p. 17).

Enquanto Platão não deixa claro se a linguagem interior deve ser postulada como tal, independente de uma linguagem falada, no Estagirita, com base nos excertos aqui expostos, é possível fazer um paralelo que ecoa nas pósteras concepções do “*verbum mentis* de Agostinho e no *oratio mentalis* de Guilherme de Ockham” (Panaccio; Hocshschild; Ziebart, 2017, p. 19, tradução nossa). Já as reflexões que o lógico inglês do século XIII, Guilherme de Ockham, faz acerca da linguagem mental, consoante Perini (2005, p. 67), são de suma relevância para o entendimento da sua semântica, posto que o caráter convencional das linguagens tem sua origem nas estruturas da linguagem mental analisada por Ockham.

Igualmente influenciado pela leitura das *Categorias* e do *Da Interpretação*, na *Suma de Toda a Lógica*, Ockham, como lógico terminista, escrutina as funções e divisões dos termos e das proposições, porém o cerne da sua discussão está fundada em mais dois conceitos, além do acima mencionado, caros à sua semântica, a saber, a significação (*significatio*) e a suposição (*suppositio*).

2.4 Imposição, Significação e Suposição

No que respeita à linguagem mental, através da perspectiva de Ockham, segundo Perini (2005, p. 67), ela apresenta claramente ecos do capítulo I do tratado *Da Interpretação*. No entanto, para o inglês a convencionalidade das línguas tem uma dependência direta das características semânticas da linguagem mental. Essa teoria é igualmente lastreada pelo princípio da imposição bastante recorrente nos debates e textos filosóficos durante toda a Idade Média.

Conforme Miquelanti, “uma voz torna-se significativa ao ser imposta para significar um objeto do mundo, de acordo com a vontade do impositor (*ad placitum*)” (MIQUELANTI,

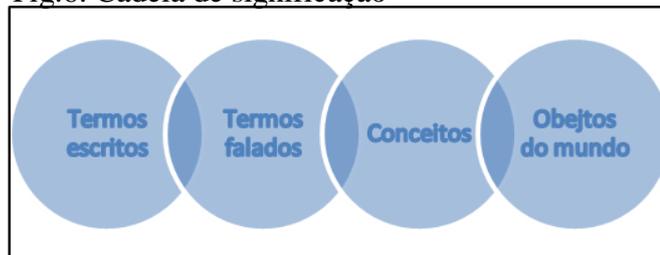
2019, p. 15), porém, Perini alerta-nos que essa arbitrariedade na significação não é válida para os conceitos apreendidos pela mente humana. A palavra ‘buba’ é um exemplo prosaico amplamente utilizado por muitos pensadores terministas medievais:

A sequência sonora ‘buba’ não é significativa porque não está associada a conceito algum, não existe conceito a ela associado na LM²². Uma expressão numa linguagem convencional é significativa se e somente se for associada a um conceito mental” (PERINI, 2005, p. 72).

No excerto acima, o autor explica-nos, com base na teoria da imposição, que um termo só é convencionalmente significativo devido à sua ligação ao conceito. Logo, um termo como ‘buba’ que não está relacionado a conceito algum, não pode ser categorizado como palavra.

Quanto à significação de um termo, por seu turno, nas palavras da filósofa Miquelanti (2009, p. 14), este se dá através da “cadeia de significação”. Ela explica que “os termos escritos significam os termos falados a eles correspondentes; os termos falados significam os conceitos a eles correspondentes; os conceitos significam os objetos do mundo a partir dos quais foram concebidos” (*Ibidem*, p. 14), conforme figura 6 abaixo.

Fig.6. Cadeia de significação



Fonte: Miquelanti (2009). Elaboração própria.

Perini (2005, p. 17) nos diz que é a partir da noção de “sequências sonoras significativas”, que muitos pensadores medievais terministas avaliam os termos da linguagem tanto mental como convencional, ou seja, as línguas faladas e escritas. No entanto, a analogia que sugere um certo espelhamento entre as linguagens convencionais e a mental apresenta no mínimo duas limitações. A primeira diz respeito ao caráter conceitual que é próprio da linguagem mental e nos impede de realizar uma aproximação imediata, como por “introspecção”. Quanto à segunda, esta se refere à relação entre a significação de termos em uma expressão dentro de um determinado contexto e o modo como os termos são processados pela mente humana, pois nas palavras do autor:

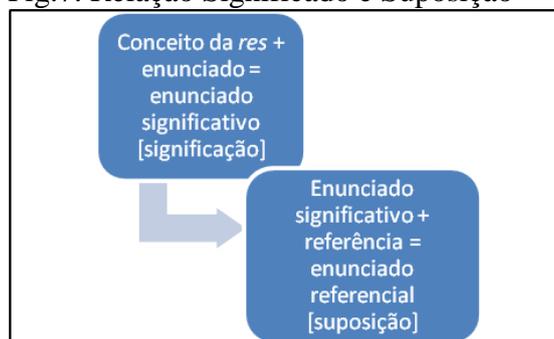
Dizer que a semântica descreve algo que tem uma realidade psicológica não é o mesmo que dizer que esta realidade é descrita pela análise semântica – esta última pode, por exemplo, determinar condições de adequação para uma descrição psicológica, sem propriamente realizá-la” (PERINI, 2005, p.70).

²² Linguagem mental

Se a arbitrariedade ou convencionalidade linguística já é um assunto pacífico entre vários filósofos, mormente entre aqueles afeitos ao pensamento peripatético, Perini (2005, P. 68) nos chama a atenção que o que há de novo a partir de Ockham é a utilização do cabedal conceitual da teoria da suposição. Esta, via de regra, preconiza que "um termo em uma proposição, ao menos quando tomado significativamente, nunca supõe por algo senão por aquilo de que é verdadeiramente predicado" (OCKHAM, 1999, p. 315). Dito de outra maneira, a suposição é um atributo do termo dentro de um determinado "contexto proposicional" (MIQUELANTI, 2009, p. 39).

A suposição diverge da significação, visto que enquanto nesta reside um atributo relativo ao contexto que faz com que nomes signifiquem objetos independentemente dos seus contextos relativos à noção de passado, presente e, inclusive os tempos possíveis no futuro, posto que eles são relacionados à mesma noção a que tais nomes são impostos, naquela a arbitrariedade dos objetos cujos determinados termos se referem está condicionado às "relações existentes entre os termos de uma dada proposição" (MIQUELANTI, 2009, p. 39). Ainda conforme a filósofa, a teoria da suposição pode também ser entendida como uma teoria referencial, e consoante Nef (1995), a suposição é diretamente ordenada e subordinada à significação, conforme figura 7 abaixo:

Fig.7. Relação Significado e Suposição



Fonte: Nef (1995). Elaboração própria

A apreensão do conceito do objeto pela mente humana antecede a suposição de um determinado estado de coisas, que é expresso por um dado termo significativamente. Essa seqüência é incondicionalmente imprescindível, e não pode ser diferente, pois a suposição é tão somente um atributo, uma característica do termo tomado significativamente. Assim, "‘homem’ significa HOMEM, mas supõe, para Sócrates e Platão, que estejam compreendidos em HOMEM. A suposição diz respeito, portanto, ao que é suposto sob o significado (e não sob a coisa)" (NEF, 1995, p. 67).

Após pontuar algumas diferenças entre significação e suposição, vejamos como Ockham define e classifica a suposição. Nas palavras do lógico:

A suposição pessoal, quando um termo supõe pelo seu significado e significante [...] Há suposição simples, quando um termo supõe por uma intenção da alma, mas não é tomado significativamente. Dizendo por exemplo, ‘homem é uma espécie’, o termo ‘homem’ supõe pela intenção da alma, porque tal intenção é a espécie, e todavia, o termo ‘homem’ não significa, propriamente falando, aquela intenção, mas tal palavra falada e tal intenção da alma são apenas signos subordinados no significar mesmo [...]. Há suposição material, quando um termo não supõe significativamente, mas supõe pela palavra falada ou pela escrita. Assim, é evidente que em “‘homem’ é um nome”, ‘homem’ supõe por si mesmo, e todavia não significa a si mesmo. De maneira similar, na proposição “‘homem’ está escrito”, pode haver suposição material, porque o termo supõe por aquilo que está escrito (OCKHAM, 1999, p. 316-317).

A suposição é então dividida em três partes, pessoal, simples e material e de acordo com Miquelanti (2009), essa abordagem terminista, tendo como a base a teoria da suposição, se sobressai à teoria peripatética na determinação de verdade ou falsidade de uma proposição por meio do seu significado, pois se as relações dos termos de uma proposição vocal são reflexos dos termos da proposição mental, “toda proposição vocal seria verdadeira, já que toda proposição vocal significa uma proposição mental” (MIQUELANTI, 2009, p. 41).

No tópico 65, da *Lógica dos Termos*, o inglês trabalha essas questões de verdade ou falsidade dos termos com base na tríade da suposição. O lógico ressalta que independentemente da posição que o termo ocupa na proposição, e mediante a vontade dos usuários, o termo pode ser classificado como suposição pessoal, que é aquela que diz respeito às “[...] coisas que o sujeito e o predicado se referem no mundo” (MIQUELANTI, 2009, p. 44). A proposição “Um homem é um asno” (MIQUELANTI, 2009, p. 44), poderia ser considerada como verdadeira se houvesse algo no mundo por meio do qual pudéssemos supor, todavia, como os termos ‘homem’ e ‘asno’, respectivamente sujeito e predicado supõem por coisas diversas, a referida proposição é falsa.

Não obstante, os termos tipificados como suposição simples e suposição material, diferentemente daqueles da suposição pessoal, não são capazes de supor como tais em qualquer proposição, “mas somente quando um termo é referido a outro extremo que diz respeito a uma intenção da alma, ou à palavra falada ou à palavra escrita (OCKHAM, 1999, p. 318). Esse fenômeno ocorre porque, conforme Ashworth (2008, p. 117), enquanto na suposição simples o termo se refere a um “universal, como em ‘Homem é uma espécie’, na suposição material o termo refere-se a si mesmo ou a outros casos, como em “Homem é um substantivo”. Assim, na primeira proposição em que o termo “homem” supõe por “espécie”

ela é tida como verdadeira, posto que como espécie ela “significa uma intenção da alma” (OCKHAM, 1999, p. 318). Quanto à segunda proposição em que o mesmo termo “homem” é mencionado como “substantivo” é igualmente verdadeiro, porque como justifica o lógico inglês, tal “termo é referido a um extremo que diz respeito a uma palavra falada ou escrita” (OCKHAM, 1999, p. 319) – uma metalinguagem.

CONCLUSÃO

Vimos inicialmente a relevância do estudo da linguagem para a filosofia, posto que é por meio da linguagem que o homem, diferentemente de qualquer outra espécie de animal, realiza-se como um ser social em seu meio através da manifestação do seu pensamento (*logos*) pela linguagem, pois a história ocidental do pensamento mostra-nos que o surgimento da razão (*logos*), na Grécia Antiga, além de ter demandado do homem uma nova atitude ante o novo horizonte de possibilidades de pensar o seu entorno, proporcionou também uma virada intelectual. Com isso, ainda na antiguidade, surgiram alguns questionamentos sobre a retidão das palavras pelas quais nomeamos as coisas e em que medida a linguagem correspondia à realidade dos fatos.

Constatamos ainda que apesar da polissemia do termo *logos*, a sua acepção discursiva constituída por nome (*onoma*) e verbo (*rhema*) só formam um discurso se postos de maneira ordenada na expressão do pensamento, e que separados eles nada significam. Observamos ainda, ao longo da nossa pesquisa, algumas guinadas importantes no estudo da semântica antiga e medieval e que ainda reverberam na modernidade no âmbito das análises acerca da linguagem. Uma delas diz respeito às discussões acerca do caráter natural e do caráter arbitrário da linguagem, que têm sua origem ainda na Antiguidade, sendo aquela sustentada mormente por Platão, e esta pelo seu discípulo, Aristóteles. A esse respeito, os textos platônicos que tivemos acesso nos mostraram que o fundador da Academia ancora a sua teoria da linguagem pelo mesmo viés em que teoriza seu mundo das ideias e das formas, sendo assim, para Platão os nomes já preexistem às coisas no plano ideal. Essa teoria, de nomear as coisas naturalmente, vai de encontro com as concepções aristotélicas acerca da linguagem, que preconizam um convencionalismo ou arbítrio do signo linguístico. Apesar dos pontos divergentes entre cada uma dessas teorias, ambas apresentam propostas interessantes para algumas questões seminais acerca da diversidade linguística, pois enquanto em Platão o que há em comum entre os diversos povos a respeito da linguagem pode ser encontrado no mundo das ideias, em Aristóteles essa convergência é encontrada nos conceitos que apreendemos dos objetos, mas que têm como referência o mundo sensível.

Vimos também em nossa pesquisa a necessidade categorial das partes do discurso do tipo declaratório, aqueles que necessariamente são verdadeiros ou falsos, visto que esta é a condição *sine qua non* constitutiva na identificação de um núcleo comum no discurso que permite a comunicação entre interlocutores. Sobre as noções das partes do discurso, analisadas e classificadas como nome (*onoma*) e verbo (*rhema*), são pontos pacíficos entre os

autores elencados em nossa bibliografia que o nome tem a função de classificar e distinguir as coisas, e o verbo possui uma função análoga ao de predicado, posto que é ele que nos permite falar algo do sujeito. Não obstante, a introdução do verbo por Aristóteles como sendo aquele por meio do qual é possível ser manifestada a ideia de tempo (passado e futuro) é de fulcral relevo para o estudo da lógica, posto que sem essa noção não seria possível pensar a lógica ocidental tal como ela é hoje em dia.

Como pudemos ver, muitas questões debatidas durante a Antiguidade influenciaram profundamente o modo como os Medievais pensavam acerca da linguagem e da lógica, pois os mesmos textos que são discutidos ao longo da Antiguidade, principalmente os platônicos e aristotélicos foram largamente traduzidos do grego para o latim, comentados e discutidos na Idade Média. No entanto, foi possível notar com a nossa pesquisa que a Idade Média foi também um período em que houve grandes mudanças no que tange ao estudo da linguagem e da lógica. Vários debates se corporificam com grande intensidade nesse período principalmente a propósito da possibilidade da existência de uma linguagem mental, como um discurso interior estruturado, cuja intenção de investigar para além do que poderia diferenciar o homem de outras espécies de animais, mormente daquelas capazes de emitir palavras, como é típico de algumas aves, como os papagaios, por exemplo, buscava-se também compreender como o caráter convencional das linguagens podiam ser fundamentadas nas estruturas da linguagem mental. Junto com as reflexões sobre a possibilidade de uma linguagem mental pelos lógicos terministas, surgem também outras investigações acerca da significação, imposição e suposição. Esta última por sua vez, tal como é concebida por Ockham, destaca-se sobremaneira diante das outras, dado ao fato que ela fornece uma praticidade lógica-ontológica de se pensar os termos convencionalmente significativos dentro de um determinado contexto proposicional.

REFERÊNCIAS

- ANGIONI, L. **Introdução à teoria da predicção em Aristóteles**. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- APPIAH, K. I. **A linguagem**. In: Introdução à filosofia contemporânea / Kwane Anthony Appiah; tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 83-121.
- ARISTÓTELES. **Órganon**: Categorias, Da Interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas / Aristóteles. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. 3. Ed. São Paulo: Edipro, 2016. (Série Clássicos Edipro).
- _____. **Da Interpretação**. Trad. José Veríssimo Teixeira da Mata. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 267-283.
- _____. **Metafísica**. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bibi. 2.ed. São Paulo: Edipro, 2012. - (Série Clássicos Edipro).
- ASHWORTH, E.J. Linguagem e lógica. In: McGrade (Org.) **Filosofia Medieval**. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2013, pp. 97-123.
- AUROUX, S. **A filosofia da linguagem**. Com a colaboração de Jacques Deschamps, Djamel Kouloughli. Tradução: José Horta Nunes. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- BENEVISTE, E. **Problemas de linguística geral**. Trad. de Maria da Glória Novak e Luiza Neri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. São Paulo, Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1796.
- BACON, F. *The advancement of learning*. Cassel & Company Limited, 1893. Last revision: October 30, 2017.
- BLOCH, M. **A Sociedade feudal**. Tradução de Laurent de Saes – São Paulo: Edipro, 2016.
- DE LIBERA, Alain. **A filosofia medieval**. Tradução de Lucy Magalhães, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- DIETZSCHE, M. J. M. **Crátilo e a Origem dos Nomes**. In: Revista Internacional d'Humanitats 12. CEMOrOC-Feusp. Núcleo de Humanidades-ESDC. Univ. Autònoma de Barcelona. 2007. p. 47-60.

ECO, U. **A busca da língua perfeita na cultura europeia**. Tradução Antonio Angonese; revisão técnica Maria Helena Ribeiro da Cunha. 2. Ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

FILHO, B.B. Aristóteles e o princípio de bivalência. In: **Analítica**. Volume 9, número 1, 2005, pp. 173-184.

HACKING, I. **Por que a linguagem interessa à filosofia**. Tradução Maria Elisa Marchini Sayeg; revisão de tradução Cezar Augusto Mortari. – São Paulo: Editora Unesp, 1999. – (Unesp/Cambridge).

MIQUELANTI, R.M. **O problema da referência a objetos não-existentes na Teoria da Suposição de João Buridan**, Belo Horizonte, 2009, pp. 13-55.

MORA-MÁRQUEZ, A.M. **The thirteen-century notion of signification: the discussions and their origin and development / by Ana María Mora-Márquez**. In: Investigating medieval philosophy, Volume 10: Brill, The Netherlands, 2015.

NEF, F. **A linguagem: uma abordagem filosófica**; tradução Lucy Magalhães. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

OCKHAM, G. **Lógica dos termos**. Tradução Fernando Pio de Almeida Fleck, Introdução Paola Müller Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. (Coleção Pensamento Franciscano, v. III).

PANACCIO, C.; HOCHSCHILD, J. P.; ZIEBART, M.K.; **Plato and Aristotle**. In. Mental Language from Plato to William of Ockham. Part I. The Sources. New York: Fordham University Press, 2017, p. 11-27.

PLATÃO. **Crátilo**. In. Diálogos VI – Crátilo (ou Da Correção dos Nomes); Cármides (ou Da Moderação); Laques (ou Da Coragem); In (ou Da Ilíada); Menexeno (ou Da Oração Fúnebre). Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2016. (Clássicos Edipro), p.35-125.

_____. **Sofista**. In. Diálogos I – Teeteto (ou Do Conhecimento), Sofista (ou Do Ser), Protágoras (ou Sofistas). Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2007. (Clássicos Edipro), p.157-247.

TOMÁS DE AQUINO. **Comentário ao Sobre a interpretação de Aristóteles**. Tradução de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga; Campinas, SP: Vide Editorial, 2018.